

INCULTURAÇÃO, ENDOCULTURAÇÃO DA IGREJA E PLANEJAMENTO PASTORAL

O caso do Sínodo da Diocese de Tubarão

Agenor Brighenti

Sacerdote brasileiro da Diocese de Tubarão, Doutor em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina, Diretor Acadêmico do Instituto Teológico-Pastoral para América-latina (ITEPAL), do CELAM.

A evangelização da cultura exige a inculturação da Mensagem Revelada, da fé e da Igreja (SD 248-§7), através de processos de endoculturação dos membros das comunidades eclesiais e de suas estruturas. Na América Latina, quinhentos anos de evangelização deixaram marcada a cultura mestiça de um “radical substrato católico” (DP 7), mas não levaram a uma autêntica humanização, como demonstra a constatação de que “em povos de arraigada fé cristã se impuseram estruturas geradoras de injustiça” (DP 437). Na verdade, como constata Santo Domingo, citando João Paulo II, “podemos falar de uma cultura cristã quando o sentir comum da vida de um povo tem sido penetrado interiormente, até ‘situar a mensagem evangélica na base de seu pensar, em seus princípios fundamentais de vida, em seus critérios de juízo, em

suas normas de ação¹ e, desde aí, 'se projeta no *ethos* do Povo... em suas instituições e em todas suas estruturas'² (SD 228-§4).

Neste processo de simbiose entre Mensagem e cultura³, três fatores são comumente citados como forças que historicamente contribuíram à inculturação-endoculturação da Igreja: o apoio e a participação da Igreja nos justos processos de defesa dos direitos humanos, a religiosidade ou o catolicismo popular e os esforços em promover uma catequese inculturada⁴. Nos dias atuais, não seria exagerado acrescentar um quarto fator: o planejamento pastoral.

Na América Latina, inegavelmente, o planejamento pastoral é um dos fatores que, nos últimos anos, tem contribuído sobremaneira para a inculturação-endoculturada da Mensagem e da Igreja; não simplesmente a elaboração de planos pastorais, mas principalmente os processos de planejamento pastoral participativo, sobretudo através dos Sínodos Diocesanos que se prolongam, às vezes, por mais de meia década. Na realidade, o salto qualitativo que se deu na década de 80 foi a passagem da chamada "Pastoral Orgânica e de Conjunto", com a elaboração de Planos mais voltados para a reorganização das estruturas da Igreja e a uma ação *ad intra*, através de uma participação representativa das comunidades eclesiais, aos processos de "Planejamento Pastoral Participativo", entendido este como um processo permanente de tomada de decisões, que busca involucrar a participação efetiva de todos os membros de uma comunidade eclesial, em vista de uma ação alicerçada sobre os leigos e, portanto, prioritariamente *ad extra*, missionária.

Além da incorporação nos processos de planejamento de novas metodologias que contribuem a uma maior inculturação da Igreja, pois recolhem a riqueza da prática pastoral e da reflexão teológica que se dá atualmente no continente, o mais significativo tem sido o exercício, em muitos lugares, de uma "eclesiologia de comunhão"

¹ JOÃO PAULO II, *Discurso inaugural*, 24.

² *ibid.*, n. 20.

³ Santo Domingo lembra que a inculturação é "centro, meio e objetivo da Nova Evangelização", citando discurso de João Paulo II ao Conselho Internacional de Catequistas em 26.9.92, cfr. n. 228-§5^o.

⁴ Cfr. A. GONZALEZ DORADO, *Inculturación y endoculturación de la Iglesia en América Latina*, Medellín 60 (1989) 478-521, aqui p. 515.

e a explicitação do Marco Referencial da ação pastoral, apoiada na imprescindível contribuição das Ciências Humanas e do Social, em especial da Teologia latino-americana. Isso levou a uma interrelação entre saber científico e popular, que além de mostrar que o primeiro não é autônomo do segundo, põe em evidência que o povo é também dotado de um *logos* crítico.

Neste estudo, depois de um brevíssimo histórico da passagem da Pastoral de Conjunto ao Planejamento Pastoral Participativo e de uma rápida conceituação deste, abordaremos estes três fatores, não de maneira teórica, mas a partir da experiência do Sínodo de Planejamento Participativo da Diocese de Tubarão, Brasil⁵. Com isso, o que quer, não é apresentar modelos, mas privilegiar uma prática como fonte criadora de idéias que poderão inspirar agentes de pastoral que, através do planejamento, queiram "promover novas Igrejas, não somente numérica, mas também culturalmente novas"⁶.

I - DA PASTORAL ORGÂNICA E DE CONJUNTO AO PLANEJAMENTO PASTORAL PARTICIPATIVO

Para avaliar a importância e o alcance do Planejamento Pastoral Participativo, também no que diz respeito à inculturação da Igreja, convém relacioná-lo historicamente com os modelos de planejamento calcados nas chamadas Pastoral Voluntarista, Coletiva e de Conjunto.

⁵ Este Sínodo teve a presidência do bispo diocesano de então - Dom Osório Bebber (1980-1991), com a coordenação deste autor, Coordenador Diocesano de Pastoral, recém chegado de um curso de Atualização teológica e de Pastoral Social no Instituto Teológico-pastoral do CELAM, em Medellín. Além desta experiência; tive a oportunidade de assessorar, igualmente, outras dioceses e instituições em processos de planejamento participativo, principalmente no Brasil, e que também serão pano de fundo deste estudo. A distância de quase uma década deste evento, me ajuda a analisar com mais serenidade o processo, tendo em conta sobretudo os seus frutos.

⁶ Cfr. A. GONZALEZ DORADO, *Inculturación y endoculturación de la Iglesia en América Latina*, op. cit., p. 486. Santo Domingo afirma que "a tarefa de inculturação da fé é própria das Igrejas particulares sob a direção de seus pastores, com a participação de todo o Povo de Deus", n. 230- §3º.

1. BREVES NOTAS DA HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO PASTORAL

1.1. Da Pastoral Voluntarista à Pastoral Coletiva

Mesmo que os planos de pastoral tenham aparecido na Igreja latino-americana nesta segunda metade de século, isso não significa que não se planejasse. Sabemos se de um lado, não existe planejamento total, isto é, uma ação totalmente pensada, de outro, não há improvisação total, ou seja, uma ação completamente impensada. Planejar é deixar de improvisar. É prever. É projetar o futuro. É pensar *antes* qual o melhor caminho para *chegar* aonde se quer. Planejar significa ir avançando, gradativamente, da improvisação à projeção, do menos planejado ao mais planejado⁷. Assim, ainda que de forma incipiente, a ação pastoral, sobretudo a nível paroquial, nunca foi totalmente improvisada, embora, é certo, estivesse submissa a um procedimento mais voluntarista e empirista. Não somente o conhecimento, mas também a ação tem suas mediações, que evitam que uma "teoria" desemboque na ação de maneira meramente intuitiva e improvisada⁸.

O fato é que o planejamento supõe um mínimo de autonomia e um certo centro de poder capaz de tomar decisões⁹ e historicamente se sabe que a Igreja latino-americana, até quase ao final do século passado, esteve subordinada à tutela do Estado, porquanto circunscrita no regime do Padroado. Esta limitação foi compensada, de alguma forma, com a experiência do Concílio Plenário Latino-americano, convocado por Leão XIII em 1899 para concretizar uma reforma da Igreja no continente¹⁰ e dos Concílios Nacionais, como foi o caso do brasileiro, idealizado em 1900 por Dom Macedo Costa - Arcebispo

⁷ Cfr. A. BRIGHENTI, *Metodologia para um processo de planejamento participativo* (= MPP), Edições Paulinas, 2ª edição, São Paulo 1988, 60 p., aqui p. 9. (Está editado também em espanhol pelas Paulinas de Bogotá).

⁸ Na realidade, não existe, humanamente falando, inserção alguma que seja absolutamente imediata. Cfr. J.-B. Libânio, *Metodologia da Teologia da Libertação, Teo comunicação* 48 (1980) 118-126, aqui p. 123.

⁹ Cfr. J.-O. BEOZZO, *A Igreja no Brasil, O Planejamento Pastoral em questão*, *Revista Eclesiástica Brasileira* 167 (1982) 465-505, aqui p. 469.

¹⁰ *ibid.*, p. 467.

da Bahia e Primaz da Igreja no Brasil, e realizado em 1939¹¹. No espaço de tempo que vai da idealização à sua realização, realizaram-se várias Conferências Provinciais de preparação ao evento e que, já em 1915, depois de quinze anos de trabalho, se produzia um texto intitulado "Pastoral Coletiva"¹².

Porém, o passo mais significativo da Igreja latino-americana rumo ao planejamento pastoral foi dado com a implantação dos movimentos de Ação Católica especializada e do Movimento por um Mundo Melhor.

A Ação Católica especializada por diferentes meios de vida: rural (JAC), estudantil secundarista (JEC), universitária (JUC), operário (JOC) e independente (JIC), "leiga na sua base, com uma equipe nacional para cada ramo e equipes regionais e diocesanas, podendo atuar a nível nacional e regional por cima das barreiras e fronteiras diocesanas"¹³, habilita a Igreja "para uma ação mais concertada e relevante, não só do ponto de vista religioso, mas também social e político"¹⁴. Além do trabalho de seus militantes, principalmente suas Semanas Nacionais de Estudo, que procuravam envolver o episcopado nos debates e na aprovação das linhas de trabalho, propiciaram o encontro regular de pelo menos parte dos episcopados nacionais e se transformariam em germe da futura criação das conferências episcopais nacionais¹⁵, e que passariam a se constituir em um outro pólo de unidade entre o poder de cada Ordinário do lugar e a Sé Apostólica.

Entretanto, se com a Ação Católica os leigos haviam encontrado uma estrutura para sua participação mais adulta na vida da Igreja e um instrumento de ação coordenada e planejada nos diferentes meios específicos de vida, foi com o Movimento por um Mundo

¹¹ *ibid.*, p. 472.

¹² Cfr. *Pastoral Collectiva - 1915*, Typ. Martins de Araújo, Rio de Janeiro 1915.

¹³ Cfr. J.-O. BEOZZO, *A Igreja no Brasil, O Planejamento Pastoral em questão*, op. cit., p. 473.

¹⁴ *ibid.*

¹⁵ Cfr. G.-F. QUEIROGA, *Comunhão e Responsabilidade*, Edições Paulinas, São Paulo 1977, p. 173.

Melhor¹⁶, que se predispunha à superação de uma “pastoral individualista”, que se chegou à aceitação generalizada da necessidade de um trabalho mais de conjunto e articulado¹⁷. Mas convém ressaltar que, diferente da Ação Católica, cujo núcleo fundamental é o leigo e sua missão no mundo, o Movimento para um Mundo Melhor tinha uma orientação mais intra-ecclesial, na medida em que sua preocupação estava voltada para a renovação das estruturas paroquiais e do clero. E justamente por este carácter mais *ad intra*, o movimento tornou-se mais aceito do que a Ação Católica, alcançou enorme penetração em inúmeros países latino-americanos na década de 60 e, como no caso do Brasil, se constituiu no motor para a implantação do primeiro plano pastoral da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) - o *Plano de Emergência* de 1962¹⁸.

Em relação à inculturação da Igreja, como pode-se constatar, por sua mística e objetivos, a Ação Católica contribuía mais a uma encarnação da instituição ecclesial, e sobretudo de seu carisma, na cultura latino-americana do que o Movimento por um Mundo Melhor. Este movimento, apesar de seu esforço de abertura ao mundo moderno, um desafio mais pertinente à Europa que à América Latina na época, na verdade se baseava numa ecclesiologia esclerosada, pré-conciliar, a do Corpo Místico que, pastoralmente, acabava se ocupando mais da “cabeça” que do “corpo” da Igreja. Por sua vez, a Ação Católica, através do método ver-julgar-agir nos meios específicos de vida dos jovens, levava naturalmente a Igreja a encarnar-se nos ambientes, e ainda que sua ecclesiologia também fosse a do Corpo Místico¹⁹, sua prática, sobretudo a inserção do laicado no mundo secular, já era prenúncio da renovação conciliar e de busca de uma simbiose entre Evangelho e culturas.

¹⁶ Este movimento fundado pelo Pe. Ricardo Lombardi s.j., em Roma, com decisivo apoio de Pio XII, trazia uma nova espiritualidade, o convite para uma Igreja aberta para o mundo moderno e a ecclesiologia do Corpo Místico de Cristo.

¹⁷ Cfr. J.-O. BEOZZO, *A Igreja no Brasil, O Planejamento Pastoral em questão*, op. cit., p. 478.

¹⁸ Este Plano, entre outras coisas, afirmava que “o Movimento por um Mundo Melhor é utilíssimo à visão global e ao esforço planificado. É a chama espiritual, cerne e alma de toda a Pastoral autêntica”, cfr. *Plano de Emergência para a Igreja no Brasil - CNBB, 1962*, Livraria Dom Bosco, Rio de Janeiro 1962, p. 45.

¹⁹ Cfr. J. CARDIJN, *Sauver la Masse, Leçons à la Semaine d'Études nationale 1945*, Les Ed. Jocistes, Bruxelles, p. 12-13; Id, *Le monde d'aujourd'hui et l'Apostolat des Laïcs, Leçon d'ouverture au Congrès Mondial de l'Apostolat des Laïcs, Actes du Congrès Mondial pour l'apostolat des laïcs, 8 octobre 1951*, Ed. du Comité Permanent, Rome 1951, p. 21-22.

1.2. Da Pastoral Coletiva à Pastoral de Conjunto

As primeiras preocupações em torno a uma pastoral de conjunto nasceram na Alemanha no início deste século. Em 1905, M. Fassbender, deputado de Berlin, propôs uma coordenação pastoral nas grandes cidades²⁰. Em 1909, H. Swoboda publicou um importante trabalho sobre a situação pastoral urbana, com o objetivo de apresentar algumas linhas diretrizes da “cura de almas” nas grandes cidades²¹. Em 1911, L. Wertmann, fundador de Cáritas, criou em Friburgo de Brisgovia, dentro da mesma organização, uma “associação livre para a ajuda de Cáritas na Pastoral”²². Esta, a partir de 1934, se transformou numa instituição nacional de ajuda pastoral. Em 1921, K. Rudolf fundou em Viena um instituto pastoral, onde desde 1931 se tem celebrado anualmente cursos pastorais para coordenar a ação de seus responsáveis. Com o nazismo, devido à proibição dos organismos eclesiais nacionais, desde 1933, se criaram *secretariados diocesanos de pastoral*²³.

Na França, foram os movimentos de Ação Católica que fizeram tomar consciência de que a pastoral tradicional, por ser individualista, invertebrada e alheia à realidade do mundo, não respondia às exigências do apostolado. A partir de 1941, deram grande contribuição, nesta perspectiva, a experiência dos padres operários, surgida das confrontações ocorridas nas frentes de batalha da segunda guerra mundial; a renovação da missão paroquial nos anos 1943-1945; e o despertar da Ação Católica por ambientes específicos²⁴.

Em grandes linhas, na Europa, antes do Concílio Vaticano II, a pastoral de conjunto se desenvolveu em três etapas. A primeira, deu-se com a descoberta da “ruptura entre vida e religião”²⁵. A descristianização que se operava na Europa não afetava somente os

²⁰ Cfr. C. FLORISTAN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, Ediciones Sigueme, Salamanca 1991, p. 229.

²¹ Cfr. H. SWOBODA, *La cura de almas en las grandes ciudades*, Barcelona 1921.

²² Cfr. C. FLORISTAN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 230.

²³ *ibid.*

²⁴ *ibid.*

²⁵ Cfr. F.-J. CALVO, *Notas para una historia de la pastoral de conjunto, Pastoral de Conjunto*, Madrid 1966, p. 13-24.

indivíduos, mas as massas. A paróquia era incapaz de afrontar a situação. Fazia-se necessária uma ação pastoral com uma dimensão social²⁶. Numa segunda etapa, descobriu-se a interioridade da pastoral de conjunto. Era necessário situar o trabalho apostólico do padre e do leigo dentro de uma pastoral global²⁷. Num terceiro momento, finalmente, descobriu-se a dimensão diocesana da pastoral. Necessitava-se integrar as forças dos agentes e seus grupos para dinamizar os setores de pastoral. Neste sentido, na França, desde 1959, vários bispos começaram a partilhar suas experiências de pastoral de conjunto²⁸.

Na América Latina, ademais da Ação Católica e do Movimento por um Mundo Melhor que propiciaram as primeiras experiências de "Pastoral Coletiva", aprofundadas sobretudo com a criação das Conferências Episcopais Nacionais e do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), o caminho rumo à Pastoral de Conjunto passa pelo papel exercido pela Sé Apostólica.

Nesta perspectiva, são conhecidas a atitude e a gestão de João XXIII. Onze dias após sua coroação, ao receber os membros do CELAM reunidos em Roma a 15 de novembro de 1958, por convocação de seu antecessor - Pio XII, o papa aponta como "meios para a renovação espiritual do continente: uma clara visão da realidade; um plano de ação realista, previdente quanto aos fins, racional quanto aos meios, aglutinador de forças, no respeito das legítimas liberdades; corajosa e perseverante execução do plano, com revisões que o adaptem às novas situações; e, larga cooperação com todas as forças que desejem ajudar a América Latina"²⁹. Três anos mais tarde, a 8 de dezembro de 1961, o mesmo papa tomava a iniciativa de enviar carta ao Episcopado Latino-americano, urgindo o plano de mobilização pastoral sugerido em 1958³⁰.

²⁶ *ibid.*

²⁷ Neste sentido, foi decisivo o congresso nacional da *Union des Oeuvres* em 1956 na França, sob o tema *Pastorale, oeuvre commune*, em que se tomou consciência da necessidade de integrar as forças apotólicas, situar a paróquia dentro de uma região e coordenar os responsáveis, *cfr. Cfr. C. FLORISTAN, Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 231.

²⁸ *ibid.*

²⁹ G.-F. QUEIROGA, *Comunhão e Responsabilidade*, op. cit., p. 343.

³⁰ *Cfr. J.-O. BEOZZO, A Igreja no Brasil, O Planejamento Pastoral em questão*, op. cit., p. 486.

Na América Latina, efetivamente, foi na aurora de Concílio Vat. II, aberto a 11 de outubro de 1962, que apareceram esforços concretos em prol da elaboração de Planos de Pastoral de Conjunto por parte das Conferências Episcopais Nacionais. Tal é o caso do Plano de Emergência da CNBB, elaborado durante a V Assembléia Geral do Episcopado³¹, que contempla quatro pontos principais: A renovação paroquial; A renovação do ministério sacerdotal; A renovação dos educandários; Introdução de uma pastoral de conjunto³². Neste Plano, se faz referência à rica experiência e à intensa convivência, reflexão e debate teológico-pastoral do episcopado latino-americano durante o Concílio, que representou, entre outros, uma experiência de colegialidade episcopal, de abertura aos problemas da Igreja universal e um estreitamento de laços com a Sé apostólica, sem falar da profunda reciclagem teológica e de uma maior coesão entre os bispos das conferências episcopais nacionais.

Entretanto, se de um lado os Planos de Pastoral de Conjunto avançam em relação à denominada Pastoral Coletiva, de outro, estão longe de serem verdadeiramente participativos e involucradores das comunidades eclesiais enquanto tais. No caso do *Plano de Pastoral de Conjunto* da CNBB (1966-1970)³³, como afirma em sua apresentação Dom Agnelo Rossi, “este plano foi elaborado por especialistas, e exaustivamente discutido, emendado e aprovado pelos bispos do Brasil”³⁴. Destes planos, o laicado, o clero e os religiosos em geral não participam de sua elaboração e discussão. A presença dos especialistas é claramente perceptível, seja na linguagem, seja no encadeamento dos passos do plano, o que vai exigir a participação de órgãos técnicos e especializados em sua execução e a promoção de cursos para sua implantação³⁵. No que

³¹ Esta Assembléia realizou-se em Rio de Janeiro de 2 a 5 de abril de 1962.

³² Cfr. *Plano de Emergência para a Igreja no Brasil - CNBB, 1962*, op. cit., p. 35.

³³ O Plano começou a ser elaborado em novembro de 1964 e recebeu sua aprovação em Roma, depois de ser discutido e emendado pelo espaço de três meses pelos Bispos reunidos no Concílio.

³⁴ *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970) - CNBB*, Livraria Dom Bosco, Rio de Janeiro 1966, p. 5.

³⁵ Para se ter uma idéia, o *Plano de Pastoral de Conjunto* se apoia num vasto programa de investigação social, de produção de subsídios e de treinamento de pessoal: são 19 projetos de pesquisa e levantamento, 19 programas paralelos de reflexão e elaboração teológico-pastoral e 12 diferentes projetos de formação de pessoal, além do programa de assessoria aos “regionais da CNBB de então, cfr. J.-O. BEOZZO, *A Igreja no Brasil, O Planejamento Pastoral em questão*, op. cit., p. 496.

se refere a este Plano da CNBB, decorreram duas consequências: de um lado, o linguajar e o caráter técnico do Plano desqualificaram a quantos não faziam parte dos “iniciados” e, de outro, resultado disso, a dificuldade em recrutar nas comunidades eclesiais recursos humanos e financeiros para sua execução. A solução foi recorrer a uma assessoria em todos os níveis e a buscar sobretudo recursos financeiros exógenos às próprias comunidades, basicamente no estrangeiro³⁶. Na prática, trocou-se o militante pelo técnico, o espírito pela organização, a conversação pelo relatório, a reflexão pelos treinamentos, a atenção à realidade pela aplicação do Plano pré-estabelecido...³⁷. Medellín, em sua época, fazendo um diagnóstico da Pastoral de Conjunto no continente, coloca-se nesta perspectiva ao assinalar que um dos pontos negativos para sua implementação é a “incompetência técnica” (cfr. Med., 15, 4c).

Neste particular, no que diz respeito à inculturação da Igreja, cabe destacar que a Pastoral de Conjunto, apesar dos seus limites, como acabamos de ver, representa um grande passo frente à Pastoral Coletiva, em prol de uma simbiose entre mensagem e cultura. Primeiramente, a Pastoral de Conjunto, pela descoberta da dimensão social da ação pastoral, fruto da tomada de consciência da ruptura entre “vida e religião” como um fenômeno coletivo, levou a Igreja a encontrar-se sobretudo com a cultura moderna, marcada pelo secularismo. Segundo, ao situar clero e leigos dentro de uma pastoral global, ainda que estes últimos continuem sendo destinatários ou objetos da ação da Igreja, ao menos são assumidos como componentes de uma única comunidade. O leigo, embora esteja longe de ter “vez”, ao dar-se-lhe “voz”, por sua condição de inserido no mundo secular, constitui-se na porta de entrada no seio da Igreja das “angústias e esperanças” do homem de então. Em terceiro lugar, a Pastoral de Conjunto, ao explicitar a dimensão diocesana da pastoral, tão solenemente reafirmada pelo Concílio Vaticano II, dá um passo decisivo no que se refere à evangelização da cultura, pois como afirma Santo Domingo, “a tarefa de inculturação da fé é

³⁶ O alto custo do Plano foi inteiramente assumido pela Igreja alemã, que colocou à disposição da CNBB a elevada quantia de 1.045.154 dólares - 200.000 dólares anuais durante os cinco anos de vigência do Plano, cfr. T. BRUNEAU, *O Catolicismo brasileiro em época de transição*, Ed. Loyola, São Paulo 1974, p. 253.

³⁷ Cfr. J.-O. BEOZZO, *A Igreja no Brasil, O Planejamento Pastoral em questão*, op. cit., p. 498.

própria das Igrejas particulares sob a direção de seus pastores, com a participação de todo o Povo de Deus” (SD 230-§3). Como lembrava o mesmo Concílio, a simbiose entre mensagem e cultura, “somente pode efetuar-se vitalmente pelos próprios membros de uma cultura...” (AG 22).

1.3. Da Pastoral de Conjunto ao Planejamento Pastoral Participativo

A principal característica que diferencia o modelo de ação centrado na chamada “Pastoral de Conjunto” daquele na perspectiva de um “Planejamento Pastoral Participativo”, é que, o primeiro, se assenta numa eclesiologia baseada no binômio *clero-leigos* e, o segundo, no binômio *comunidade-ministérios*. A Pastoral de Conjunto, além de confiar exageradamente numa solução oriunda dos “técnicos” e da “aplicação” das ciências sociais na pastoral e de se deixar levar pela pretensão de “cientificidade e neutralidade”, própria da tecnocracia, reforça a Igreja mais em sua instituição do que em seu carisma. A análise dos planos elaborados na perspectiva da Pastoral de Conjunto constata, como no caso do *Plano de Emergência e de Pastoral de Conjunto* da CNBB, que eles levam a Igreja a situar-se mais em relação a si mesma e à reorganização de suas estruturas paroquiais e diocesanas, do que em relação às suas tarefas históricas no campo da evangelização³⁸.

O documento de Medellín, dentro do espírito da época, em suas orientações doutrinárias a respeito, também insiste numa “revisão das estruturas eclesiais” (Med 15,5), de tal forma que se possa desenvolver harmoniosamente aquilo que se denomina uma Pastoral de conjunto” (Med 15,9). Segundo os Bispos reunidos durante a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, “o esforço pastoral da Igreja deve estar orientado para a transformação das comunidades eclesiais em ‘família de Deus’” (Med 15,10).

Contrariamente a estas orientações, o grande salto da Pastoral de Conjunto ao Planejamento Pastoral Participativo, sem menosprezar a dimensão *ad intra* da pastoral, consistiu em dar

³⁸ *ibid.*, p. 502.

ênfase, conseqüente com o espírito do Concílio, à dimensão *ad extra* ou missionária da ação evangelizadora, priorizando o carisma da Igreja em relação à instituição, as suas tarefas históricas no campo da evangelização frente ao simples bom funcionamento de suas estruturas, em resumo, priorizando o pastoral frente o administrativo. Isso levou à transformação dos estudos e reuniões fechadas de especialistas para a elaboração de Planos em amplas assembléias de comunidades eclesiais, num processo permanente e co-responsável de tomada de decisões de todos os interessados.

No que tange a esta passagem de um planejamento na ótica da "Pastoral de Conjunto" ao "Planejamento Pastoral Participativo", bastante generalizado hoje na América Latina, convém ressaltar o importante papel exercido pelo Instituto Teológico-pastoral do CELAM, através de seus múltiplos cursos de Planejamento Participativo a Coordenadores Diocesanos de Pastoral de todo o continente e a assessoria do mesmo a Conferências Episcopais e múltiplas Dioceses em seus processos de planejamento³⁹.

2. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO MÉTODO PARTICIPATIVO

Na seqüência, vejamos as principais características de uma metodologia de Planejamento Pastoral Participativo.

2.1. Diferença entre plano e planejamento num processo participativo

Planejar não é simplesmente elaborar planos⁴⁰. E aqui está a novidade do planejamento participativo. É, antes de tudo, pensar

³⁹ Este trabalho foi desenvolvido, de modo especial, por Jorge Jiménez, então Diretor Acadêmico do Instituto e, hoje, bispo diocesano de Zipaquirá, e pelo Dr. Eduardo Peña.

⁴⁰ É o contrário do que comumente se afirma: "*planificar significa literalmente trazer planos, es decir, imágenes gráficas, modelos numéricos o esquemas verbales*", C. FLORISTAN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 233.

*antes de agir, durante a ação e depois dela*⁴¹. Planejamento é um processo de tomada de decisões. Plano é apenas o registro das mesmas. O mais importante é o planejamento, o processo, as decisões, e não o plano, que caduca, passa, tanto que é possível ter uma ação planejada e refletida, sem ter plano. Inclusive, para certas ações, não há necessidade e nem é aconselhável ter um plano⁴². Medellín, neste sentido, entre os “sinais negativos” relacionados com a Pastoral de Conjunto, alude também à “excessiva valorização dos ‘planos’” (Med 14, 4e).

Há, portanto, uma diferença entre *planejamento, plano e ação*: planejamento é um processo de tomada de decisões; plano é o registro das decisões tomadas; e, ação é o ato de intervir na realidade, que pode ser planejada em maior ou menor grau. Entre os três, o mais importante não é o planejamento, muito menos o plano, mas a ação, pois o que se quer, em última análise, é o Povo de Deus agindo. O menos importante é o plano, pois o planejamento rejuvenesce, renova e reorganiza a ação. Este, é um processo que não tem fim e é altamente questionador. Tanto que os burocratas não gostam de planejamento, mas de planos, e os voluntaristas preferem correr o risco da improvisação⁴³.

Assim, o plano não é “para cumprir”. Ele é apenas um instrumento e que só ajuda na medida em que estiver aberto ao imprevisível, ao dinamismo da ação e à emergência, uma vez que não existe planejamento total.

2.2. Fatores que justificam o planejamento pastoral participativo

Por não ser uma empresa que se mede por sua eficiência ou por seus resultados, muitos pensam que a Igreja não necessita de planejamento, esquecendo-se de que a eficácia da fé é um impera-

⁴¹ Cfr. MPP, p. 10. Ver, também, E. ANDER EGG, *Introducción a la Planificación*, Ed. Colatnia, Bogotá 1991; BETTLHERIN, *Problemas Teóricos y Prácticos de la Planificación*, Ed. Rialp, Madrid 1980; J.-A. VELA, *Racionalidad interna de toda Planificación Pastoral*, *Theol. Xav.* 85 (1987) 433-474.

⁴² Cfr. MPP, p. 10.

⁴³ *ibid.*, p. 12.

tivo evangélico. Num mundo em contínua transformação, a Igreja precisa adequar constantemente sua ação, e, a partir dela, suas estruturas às exigências da realidade histórica do momento⁴⁴. Antes de fixar procedimentos e comportamentos, a missão da Igreja é despertar e suscitar respostas novas às situações sempre novas, de modo que o Evangelho não perca sua atualidade e pertinência e “Deus se torne, para os cristãos, novo em cada manhã”⁴⁵. Isso obriga a Igreja estar sempre criando, inovando, em resumo, planejando, concentrando seus esforços em descobrir os passos e tomar decisões consequentes com sua missão no mundo.

Além dos fatores de ordem *sociológica*, tais como a complexidade dos problemas, a socialização e a tecnificação crescente, há, basicamente, outros três fatores de ordem *teológico-pastoral* que justificam a necessidade de um planejamento participativo.

Urgência de comunhão. A Igreja funda-se no mistério de um Deus comunhão⁴⁶. A exemplo do Deus-Família, Uno e Trino, ela tem a missão de ser sinal e instrumento que contribua “para que todos sejam um” (Jn 17,21). Daí a necessidade de um método de ação que seja para a Igreja, antes de tudo, *uma pedagogia de unidade* (cfr. SD 6, 31, 37, 48, 55).

*Urgência de participação*⁴⁷. Para “fazer novas todas as coisas” (Ap 21, 5), a Igreja, enquanto sacramento do Reino, está chamada a ser um corpo de serviço de Deus no mundo, conclamando a todos à participação⁴⁸ na construção do Reino que, em sua dimensão

⁴⁴ Aqui está uma grande diferença entre a Pastoral de Conjunto e o Planejamento Pastoral Participativo: ambos levam a uma reorganização das estruturas da Igreja mas, o segundo, a partir da ação ou das necessidades reais sentidas.

⁴⁵ Expressão cara do Cardeal Suenens.

⁴⁶ Santo Domingo fala da Igreja como um “mistério de unidade” (n. 31), um “mistério de comunhão” (n. 37) ou fazendo alusão à sua dimensão “comunitária e participativa” (n. 142). A este respeito, cfr. A. LORSCHIEDER, *Espiritualidade e mística da coordenação pastoral, Renovação*, Regional Sul III-CNBB, Porto Alegre, outubro 1993, p. 3.

⁴⁷ Cfr. J. JIMENEZ CARVAJAL et alii, *Interpretación de la realidad, Colección Formación Pastoral 1*, DEPAS-CELAM, Santafé de Bogotá 1993, p. 22. Sobre a questão planejamento-participação ver, também, B. AMMAN SAFIRA, *Participação Social*, Cortez e Moraes, São Paulo 1978.

⁴⁸ Cfr. SD, participação: na vida da Igreja, n. 54; dos leigos, n. 59, 60; na estrutura pastoral, n. 100.

imane, se confunde com a edificação uma nova sociedade, em estreita colaboração com todas as pessoas de boa vontade. Daí a necessidade de um método de ação que seja, também, *uma pedagogia de conversão para a realidade* (cfr. SD 178).

Pastoral de encarnação. “O que não é assumido não é redimido”⁴⁹. É missão da Igreja atualizar o mistério da encarnação na história e, para isso, ela deve contribuir para que a fé ilumine todas as situações e relações humanas e sua ação seja impregnadora de mistérios de Deus e instrumento de salvação num mundo pobre (cfr. SD 60). Para isso, a pastoral planejada é a resposta específica, consciente e intencional às exigências da evangelização (cfr. DP 1307).

2.3. Fundamentos sociais e pastorais do método participativo

Nenhum método, por mais rigoroso que seja, é pura técnica e, muito menos, neutro. Enquanto “caminho”, tem direção, pois todo caminho leva a algum lugar, o que o associa a um conteúdo, a princípios, a uma filosofia, a certas concepções e fundamentos.

Neste sentido, poderíamos invocar primeiramente, pelo menos, três *fundamentos sociais*:

Intervenção de todos (cfr. DP 1251-1252). No seio de um processo de planejamento pastoral participativo, todos tem voz e vez, tendo em conta o princípio de que quem não participa do processo de tomada de decisões, dificilmente se sentirá comprometido com a execução⁵⁰.

Decisão partilhada. No planejamento participativo, ninguém decide pelos outros, cada um decide para si, em comunidade. Por isso, todos têm direito a decidir comunitariamente, em todas as etapas do processo.

⁴⁹ Expressão de Santo Irineu, cfr. DP, 400.

⁵⁰ Cfr. J. JIMENEZ CARVAJAL et alii, *Planeación Pastoral Participativa, Colección Formación Pastoral 2*, DEPAS-CELAM, Santafé de Bogotá 1993, p. 26. Ver, também, J.-C. GIORDANI, *La Planificación como proceso social*, Ed. Vadel Hermanos, Caracas 1980.

*Discernimento comunitário*⁵¹. O método participativo não despreza as ciências e os técnicos, mas privilegia o *logos* crítico do povo ou das comunidades eclesiais e reconhece um lugar ao discernimento comunitário, sem confundir a verdade com a vontade da maioria. É que se acredita nas soluções que brotam de maneira endógena, pelo seu caráter mobilizador e transformador.

Ação desconcentrada. O método participativo não leva apenas a uma ação pastoral descentralizada, mas a uma ação desconcentrada, isto é, não simplesmente aumentando o poder de uns sobre os outros, mas fazendo com que o outro seja cada vez mais autônomo e livre, e tenha cada vez mais poder⁵². É a prática do princípio da subsidiariedade: não delegar ao nível superior o que pode ser feito no nível inferior, e sobretudo não assumindo o que lhe pertence. É desta forma que o poder se torna realmente serviço, na medida em que o controle é exercido de maneira ascendente.

Quanto aos *fundamentos pastorais*⁵³, a nova evangelização exige novos métodos que promovam três valores básicos:

Co-criatividade. Uma metodologia de planejamento consequente com as exigências da nova evangelização deve ser capaz de produzir "o novo" na Igreja. Novo que, ao contrario da rotina que se propaga de forma decrescente, aparece de forma ascendente. Novo que aparece em pequeno, em comunidades e não na massa; mais nas periferias que nos centros de poder. Novo que supera a novidade, se faz duradouro e tende à globalidade. O novo aparece aonde há participação, como sujeitos⁵⁴.

Co-participação. A decisão partilhada é o caminho para o exercício de um poder serviço, fator de aglutinação dos membros de uma comunidade em torno de um objetivo comum. A co-participação leva a Igreja a um processo de abertura, a ser comunidade de comunidades⁵⁵.

⁵¹ Cfr. J. JIMENEZ CARVAJAL et alii, *Interpretación de la realidad*, op.cit., p. 28. É o que se denomina, também, de "conhecimento comprometido".

⁵² Cfr. MPP, p. 17.

⁵³ Cfr. J. JIMENEZ CARVAJAL et alii, *Planeación Pastoral Participativa*, op.cit., p. 46-72.

⁵⁴ Cfr. MPP, p. 18.

⁵⁵ *ibid.*, p. 19.

Co-responsabilidade. Numa metodologia discriminante, uns poucos elaboram planos para uma maioria executante. A decisão é imposta, assim como a execução e os resultados. No método participativo, todos são responsáveis pela missão da Igreja. A participação nas decisões, na execução e nos resultados é fator de promoção de coresponsabilidade⁵⁶.

2.4. A permanente tensão entre unidade-pluralismo e planejamento pastoral participativo

Os fundamentos epistemológicos do planejamento pastoral participativo evoca uma realidade que a Igreja tem vivido constantemente, desde os seus primórdios - uma permanente tensão entre unidade e pluralismo, tanto em seu interior como em relação à sociedade. A tensão se situa em dois aspectos: a Igreja numa sociedade pluralista e a pluralidade dentro da Igreja⁵⁷.

Epistemologicamente o método participativo se apoia no Concílio Vaticano II que admitiu a “pluralidade de culturas” (GS 53), a “sociedade pluralista” (GS 76) e a “unidade e diversidade” dentro da Igreja. Nos estados pluralistas modernos, com a superação da denominada cristandade, a Igreja perdeu seu antigo monopólio. A cultura moderna ou pós-moderna, que é cultura dominante também na América Latina, é gestada pela economia, a ciência e a técnica, através do Estado, das universidades, da cidade e seus subúrbios ou pelas diferentes associações civis⁵⁸. Historicamente, a emancipação da sociedade européia ocidental da tutela religiosa e seu conseqüente processo de secularização, provocou uma crise na teologia cristã, fruto da crítica a certas ideologias metafísico-religiosas a partir de pontos de análise históricos, éticos e sociais. Não é mais possível, no seio da sociedade moderna, um pensamento teológico único e nem uma prática pastoral uniforme. Ao pluralismo social correspon-

⁵⁶ *ibid.*, p. 19-20.

⁵⁷ Cfr. C. FLORISTAN, *La tensión unidad-pluralismo*, *Iglesia Viva* 127 (1987) 7-17.

⁵⁸ Cfr. C. FLORISTAN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 251; Ph. DELHAYE, *Le problème du pluralisme*, *Esprit et Vie* (1976) 529-544; J.-M. Díez-Alegría, *Pluralismo*, in C. FLORISTAN-J.-J. TAMAYO (dirs.), *Conceptos fundamentales de Pastoral*, Madrid 1983.

de, normalmente, um pluralismo teológico e uma pluralidade pastoral⁵⁹.

Uma leitura simplista da história da Igreja poderia conceber que durante o regime de cristandade, a Igreja foi uniformista e unitária e que, com o advento da modernidade, se tornou anti-pluralista⁶⁰. Na realidade, em maior ou menor grau, durante sua história, sobretudo em seus primórdios, a Igreja sempre foi plural, tanto no doutrinal como no teológico⁶¹. A Bíblia toda contém uma mensagem plural. Na Igreja primitiva, por ocasião das primeiras tensões surgidas entre o uniformismo e o pluralismo, prevaleceu o pluralismo de carismas, de ministérios, de interpretações e estruturas comunitárias. Ela nasceu bilingue e bicultural, com duas tendências - a judaizante e a helenista (At 6, 1-7)⁶². Esse pluralismo nasce da necessária historicidade da fé, da diversidade da experiência cristã no Espírito e da inadequação de toda formulação humana para expressar a plenitude do mistério revelado⁶³. Os autores neo-testamentários, ao mesmo tempo que reconhecem a unidade da Igreja em sua confissão de fé (Ef. 4,1-6; 1 Cor 12; Rom 12, 3-8; Gal 3, 27), falam da pluralidade das Igrejas, supondo a convicção comum de que a unidade não é uniformidade, pelo contrário, se dá na diversidade⁶⁴. A unidade eclesial neo-testamentária se dá no nível da Igreja local, com a condição de estar em comunhão com as outras Igrejas locais⁶⁵. Em outras palavras, como dizia Paulo VI, isto quer dizer que

⁵⁹ Cfr. K. RAHNER, *El pluralismo en teología y la unidad de confesión en la Iglesia, Concilium* 46 (1969) 425-448.

⁶⁰ Existem estudos que afirmam que, a partir do pontificado de Pio IX, a Igreja se concebeu como uma grande diocese com uma só liturgia (a romana), um chefe visível (o papa), uma doutrina e uma moral (a escolástica) e uma disciplina (que se cristalizará no Código de 1917), cfr. Cfr. C. FLORISTAN *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 253.

⁶¹ Cfr. Comisión Bíblica Internacional, *Unité et diversité dans l'Église*, Cité du Vatican 1989.

⁶² Cfr. C. FLORISTAN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 253.

⁶³ Cfr. Cl. GEFFRE, *Diversidad de teologías y unidad de fe*, in B. LAURET-F. REFOULE (dirs.), *Iniciación a la práctica de la teología*, 5 vols., Madrid 1984-1986, I, p. 124; J.-M.-R. TILLARD, *Pluralismo teológico y misterio de la Iglesia, Concilium* 191 (1984), p. 110.

⁶⁴ Cfr. J. HOFFMANN, *Restauración de la unidad*, in B. LAURET-F. REFOULÉ (dirs.), *Iniciación a la práctica de la teología*, op. cit., III, p.340.

⁶⁵ Cfr. Ch. DUQUOC, *Iglesias provisionales*, Madrid 1986, p. 103.

“a fé não é pluralista”, mas “nós somos pluralistas precisamente porque somos católicos, universais”⁶⁶.

Na realidade, o pluralismo teológico é um reflexo do pluralismo na prática pastoral e, por sua vez, a pluralidade pastoral se deve, em última instância, à diversidade de inculturações da fé, dado que, a resposta da fé se enraíza, não somente nas pessoas enquanto indivíduos, como também no contexto vital em que estão situados⁶⁷. Evidente que a pluralidade pastoral só é legítima na medida em que se fundamenta na prática cristã da comunhão. Nesta perspectiva, no âmbito pastoral, a pluralidade deve ser aceita como um elemento a partir do qual se elabora uma ação criativa e dinâmica. E este, então, aparecerá, não como uma ameaça, mas como um projeto capaz de recriar a unidade e de pôr em obra as criatividade individuais e coletivas⁶⁸.

II - A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NO SÍNODO DA DIOCESE DE TUBARÃO

Depois destas breves notas da história do planejamento pastoral e de uma pequena fundamentação epistemológica da metodologia participativa, nesta segunda parte de nosso estudo, apresentaremos uma ilustração da aplicação desta metodologia no Sínodo da Diocese de Tubarão e de seus resultados.

1. O EXERCÍCIO DE UMA ECLESIOLOGIA DE COMUNHÃO NO PROCESSO DO SÍNODO

O Sínodo de Planejamento Participativo da Diocese de Tubarão.

⁶⁶ Cfr. PAULO VI, *Audience generale du 14 mai 1969, Documentation Catholique*, 1 juin 1969, p. 1541.

⁶⁷ Cfr. C. FLORISTAN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la Acción Pastoral*, op. cit., p. 257.

⁶⁸ *ibid.*, p. 258.

(= SPT)⁶⁹, se insere, por um lado, na trilha aberta pelo Concílio Vaticano II, pelas Conferências de Medellín e Puebla e no dinamismo profético da CNBB a partir da década de 70.

Foi um processo longo e difícil, marcado por buscas e conflitos mas, sobretudo, por respostas criadoras frente aos novos desafios que se apresentavam.

Não cabe, aqui, fazer uma apresentação completa deste evento⁷⁰, abordando em profundidade aspectos tais como: uma caracterização da Diocese nos aspectos social e eclesial⁷¹; o processo de planejamento nos níveis paroquial, comarcal e diocesano⁷²; o processo de elaboração de cada um dos seus seis documentos, que correspondem às seis grandes etapas da metodologia⁷³; ou um relato extensivo dos desafios encontrados ou ainda pendentes e dos

⁶⁹ A Diocese de Tubarão é uma das oito dioceses do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil, criada pelo papa Pio XII em 1954 pela Bula *Viget Ubique Gentium*, Cfr. *Compêndio dos documentos do Sínodo de Planejamento Pastoral Participativo, Plano Diocesano de Pastoral 1986-1990*, Gráfica Editora Dehon, Tubarão 1987, 419 p., aqui, p. 373. Em 1987, no final do processo de planejamento do Sínodo, realidade que perdura até hoje, ela abrangia 32 municípios, uma área de aproximadamente 9.500 km², contava com 600.000 habitantes. Estava organizada em 53 paróquias, subdivididas em 600 comunidades locais, agrupadas, por sua vez, em sete Comarcas pastorais. A Diocese contava, também, com 8 seminários, dentre os quais seis de Congregações Religiosas, 120 padres, 75 comunidades religiosas integradas por 320 religiosos, 11 colégios católicos, 3 rádios, etc., Cfr. *ibid.* p. 374.

⁷⁰ Para uma visão mais completa do evento, ver os cinco trabalhos publicados pelo Sínodo: SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL, *Diocese de Tubarão, quem somos? Monografia da realidade social e eclesial*, Gráfica/Editora Dehon, Tubarão 1984, 116 p; *Id.*, *Diocese de Tubarão, para onde vamos? Marco doutrinal para a realidade da região sul do estado*, Gráfica/Editora Dehon, Tubarão 1985, 112 p. *Id.*, *Compêndio dos documentos do Sínodo de Planejamento Pastoral Participativo, Plano Diocesano de Pastoral 1986-1990*, Gráfica/Editora Dehon, Tubarão 1987, 419 p; *Id.*, *A Diocese em Sínodo*, in *Diocese em Foco, Orgão Oficial de divulgação da Diocese de Tubarão*, mais de 20 artigos publicados por A. Brighenti, que fazem um relatório de cada passo do processo durante os anos de 1984, 1985 e 1986.

⁷¹ A "radiografia" da Diocese feita pelo Sínodo encontra-se no Marco da Realidade, Cfr. *Compêndio dos documentos do Sínodo de Planejamento Pastoral Participativo, Plano Diocesano de Pastoral 1986-1990* (= Cd-SPT), p. 14-124.

⁷² Sobre o processo do Sínodo, em seus vários níveis, ver as dezenas de artigos publicados em *Diocese em Foco*, mencionados acima.

⁷³ Sobre o processo de elaboração de cada um dos seis documentos, ver a "Introdução" de cada um deles publicada no Cd-SPT.

seus resultados⁷⁴; etc. Como o tema em questão é a inculturação-endoculturada da Igreja através no planejamento pastoral, a apresentação do SPT, aqui, restringir-se-á à aplicação de sua metodologia enquanto tal⁷⁵, colocando-se em relevo os fatores que contribuíram em dar a esta Igreja particular um rosto sul-catarinense.

1.1. A metodologia ativa e participativa do processo do Sínodo

O primeiro objetivo do SPT exprimia bem o seu espírito e a prioridade de suas prioridades: *“dar mais voz e vez ao leigo na Igreja, através de uma metodologia que seja uma pedagogia de unidade”*⁷⁶; e, o segundo: *“promover uma pastoral de encarnação no contexto sul-catarinense, através da aplicação de uma metodologia que seja uma pedagogia de conversão para a realidade”*⁷⁷. Abordemos, aqui, o primeiro.

Na Diocese, mais de 20 anos após a realização do Concílio Vaticano II, era preciso dar um passo a mais, tanto na prática como na organização pastoral, na superação de uma eclesiologia baseada no binômio *clero-leigos*, numa relação *“sujeito-objeto”*, para a eclesiologia da Constituição *Lumen Gentium*, baseada num outro binômio - *“comunidade-ministérios”*.

a) A proposta de um Sínodo e os seus objetivos

A proposta de um Sínodo de Planejamento nasceu numa reunião do Conselho Diocesano de Pastoral⁷⁸. Em seguida, ela foi

⁷⁴ Sobre os desafios e os resultados, ver A. BRIGHENTI, *“Igreja Povo a caminho da libertação”*, *O Sínodo Diocesano de Planejamento Participativo*, mimeo, in Arquivos do Secretariado Diocesano de Pastoral, dezembro 1990, 22 p.

⁷⁵ Sobre a metodologia do Sínodo ver A. BRIGHENTI, *Metodologia para um processo de planejamento participativo*, op. cit. Esta pequena publicação recorre os passos de uma metodologia de planejamento originária das equipes populares da Igreja chilena dos anos 70, trabalhada, a seguir, sobretudo por Jorge Jiménez no Instituto Pastoral do CELAM nos anos 80 e, enfim, completada pelo autor, a partir de cursos no CELAM, encontros com Francisco Witaker e pela própria experiência pastoral.

⁷⁶ Cfr. Folheto publicado para a preparação e abertura do Sínodo contendo os objetivos e uma oração oficial, Arquivos do Secretariado Diocesano.

⁷⁷ *ibid.*

⁷⁸ Reunião ocorrida no Bispado, no dia 24 de fevereiro de 1983.

encaminhada a uma reunião de todos os padres e de agentes de pastoral⁷⁹ e, finalmente, discutida nas Comarcas⁸⁰. Daí nasceram os objetivos do Sínodo, aprovados em Assembléia Diocesana de Pastoral⁸¹.

A determinação dos objetivos do SPT condicionava, na prática, o tipo de metodologia a ser utilizada no processo. Eles acenavam para uma metodologia que fosse ao encontro da originalidade epistemológica da teologia latino-americana, uma reflexão da práxis da fé que brota de um tripé, tomado dialeticamente, ou seja, de um “*ver analiticamente*” a realidade, iluminada por um “*julgar teologicamente*”, em vista de um “*atuar pastoralmente*”. Com isso, explicitava-se a vontade de reatar a caminhada da Diocese como um todo, com a caminhada da Igreja latino-americana que, depois de Medellín, encontrara novas luzes numa reflexão teológica autóctone, conseqüente com os desafios do continente.

Na reunião do Conselho Diocesano de Pastoral de 9 de agosto de 1983 e das comarcas no mesmo mês, apresentou-se, então, como proposta, uma metodologia participativa. Após um exame de suas linhas gerais de operacionalização, ela foi em princípio aceita⁸².

b) A metodologia do Sínodo e seus grandes momentos

Para a metodologia participativa utilizada pelo Sínodo, o mais importante não é planejar, mas o “*modo*” como se planeja, uma vez que se pode, simplificando a questão, planejar de maneira

⁷⁹ Reunião ocorrida no dia 2 de março, do mesmo ano, em Urussanga.

⁸⁰ Trata-se das reuniões do mês de julho do mesmo ano, Cfr. Cd-SPT, p. 22-23. Por “comarcas” entende-se as regiões pastorais que agrupam diversas paróquias vizinhas.

⁸¹ Assembléia ocorrida nos dias 7, 8 e 9 de novembro do mesmo ano, em Urussanga. Os referidos objetivos tiveram a seguinte formulação: “dar mais voz e vez ao leigo na Igreja, através de sua participação ativa no processo de tomada de decisões, relativo à vida e à ação pastoral; privilegiar mais o processo (o planejamento) do que os seus resultados (o plano); fazer a Igreja ser mais *Povo de Deus*, despertando a co-responsabilidade entre clero e leigos; envolver no processo de planejamento todos os níveis eclesiais: base, paróquias, comarcas, diocese; elaborar um plano de pastoral alicerçado, não somente sobre a realidade eclesial, mas também social”, cfr. Cd-SPT, p. 20-21.

⁸² *ibid.*, p. 23. Nesta oportunidade, a metodologia foi assumida em forma de “dez linhas gerais de operacionalização”.

“*participativa*”, mas também, como é o mais comum, de maneira “*discriminante*”⁸³.

Basicamente há dois tipos de “*metodologia discriminante*”. Uma é aquela que faz o exercício de um “*poder-dominação*”, em que se planeja “*para*” as comunidades eclesiais. Uns decidem pelos outros. Alguns fazem um plano para os outros executarem. Há participação, e imposta, na execução, não na tomada de decisões. Se estabelece entre as pessoas uma relação de sujeito-objeto, dominador-dominado, ou mesmo de clero-leigos, num contexto clericalista. É um modo de planejar que fortalece a identidade de uma Igreja autoritária, eclesiocêntrica, tecnocrática, clerical, exigente da obediência e essencialmente conservadora em relação aos novos e permanentes desafios postos pela realidade circundante⁸⁴. Uma outra metodologia discriminante é aquela que faz o exercício de um “*poder-a-serviço*”, em que se planeja “*com*” as comunidades eclesiais, através de alguns de seus representantes, nem sempre delegados por elas. Há participação, mas por envolvimento e de maneira controlada, através de uma representatividade falseada. Quando muito a comunidade é ouvida, mas não decide. Procura-se manter a dependência para manter-se no poder. O sujeito é ainda o dominante⁸⁵.

Já no planejamento dentro de uma metodologia “*participante*”⁸⁶, há o exercício de um “*poder-serviço*”. Ninguém decide por ninguém. Há uma relação sujeito-sujeito, pois sabe-se de que quem não participa da elaboração de um plano, dificilmente se sentirá comprometido com a sua execução. Neste sentido, a metodologia participante é uma metodologia transformadora, pois fortalece o poder dos dominados. Do ponto de vista “*social*”, ela estabelece entre as pessoas uma relação dialógica, de igualdade, de co-responsabilidade.

⁸³ *ibid.*, p. 15.

⁸⁴ *ibid.*, p. 20-21.

⁸⁵ *ibid.*, p. 21.22.

⁸⁶ Cfr. J.-A. VELA, *Planificación Participativa*, CIV (Casa de la Juventud), nn. 141-142 (Mayo-Agosto 1988), Bogotá; J. BORDENAVE DIAZ, *O que é participação*, Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro 1984; A. SENO CORNELLY, *Subsídios sobre o Planejamento Participativo*, MEC-Secretariado Geral, Brasília 1980; P. DEMO, *Planejamento Participativo: Elementos para uma discussão preliminar*, MEC-Secretaria Geral, Brasília 1980.

A metodologia participativa do SPT, conforme será ilustrada em sua aplicação a seguir, se baseia sobre dois grandes marcos: o “*Marco Referencial*”, composto pelo Marco de Realidade, pelo Marco Doutrinal e pelo Diagnóstico Pastoral; e o “*Marco Operacional*”, composto pelo Prognóstico Pastoral, a Organização, a Programação Pastoral e o Controle e Avaliação. É uma “*metodologia de reflexão*”, porquanto o planejamento é um pensar a ação “*antes, durante e depois*” dela. O Marco de Realidade consiste no estudo da realidade *sócio-histórico-pastoral*⁸⁷ e na análise de seus principais problemas. O Marco Doutrinal diz respeito à explicitação, a partir da Revelação lida no seio da Igreja, de como deveria ser essa realidade estudada, nos desígnios de Deus. O Diagnóstico Pastoral é fruto do confronto entre o Marco da Realidade e o Marco Doutrinal, entre “*quem somos*” e o “*que deveríamos ser*”, que desemboca na identificação das forças de apoio e de resistência, das tendências negativas e positivas e na determinação das urgências⁸⁸. O Marco Operacional é a fase de tomada de decisões, o momento da volta à ação, da elaboração do plano global de ação, caracterizada por quatro momentos. Primeiramente, à partir do Marco Referencial elabora-se o Prognóstico Pastoral. Trata-se da definição do Objetivo Geral da ação pastoral e dos Objetivos Específicos. A seguir, vem a Organização, que consiste na determinação dos organismos de globalização que irão animar, coordenar e supervisionar a ação. Em terceiro lugar, vem o Prognóstico Pastoral que contempla a Programação, com a definição dos programas e projetos pastorais. Finalmente, vem o Controle e Avaliação. O Controle destina-se à correção ou adaptação do Plano de Ação durante a sua aplicação e a Avaliação contempla a revisão do Plano em sua globalidade, no final do prazo estipulado para sua aplicação⁸⁹.

⁸⁷ Prefere-se a o conceito *sócio-histórico-pastoral* ao conceito *sócio-histórico*, comumente utilizado pelos teólogos latino-americanos, dado que a práxis da fé e dos homens em geral aparece de maneira mais explícita.

⁸⁸ Cfr. MPP, p. 26.

⁸⁹ *ibid.*, p. 27.

1.2. O exercício da participação e do discernimento comunitário durante o processo do Sínodo

O processo do SPT não foi perfeito, mas a participação, em vários momentos, alcançou índices além do esperado. Por princípio, tentou-se chegar a todos os cristãos da Diocese, concretamente às 53 paróquias, com suas 600 comunidades organizadas em torno do culto e seus diversos serviços pastorais, bem como às 65 comunidades religiosas atuantes na diocese. A coordenação do processo nas paróquias e nas comarcas esteve a cargo de uma equipe treinada para essa finalidade, composta de cinco membros⁹⁰. A nível diocesano, a coordenação esteve a cargo de uma equipe central, a Equipe Central de Coordenação do Sínodo, composta pela Coordenação Diocesana de Pastoral, pelos Vigários Comarcais e por um grupo de peritos em ciências humanas e sociais. Quanto às decisões, se conveio que elas seriam tomadas em assembléias paroquiais, comarcais e diocesanas, através de um consenso de, no mínimo, 2/3 dos participantes. Vejamos, rapidamente, o exercício da participação e do discernimento comunitário em cada um dos seis passos percorridos.

O Marco de Realidade. O primeiro passo dado foi procurar conhecer “participativamente”⁹¹ a realidade “sócio-histórico-pastoral” do sul catarinense, ou seja, definir o Marco de Realidade da Diocese⁹². Sua preparação remota consistiu: no levantamento dos “temas” da pesquisa de campo e da investigação bibliográfica

⁹⁰ Essas equipes eram designadas por “Equipe Paroquial de Coordenação do Sínodo” que, em muitas paróquias, era composta, além do grupo da matriz, por um membro de cada comunidade local ou capelas.

⁹¹ Cfr. O. FALS BORDA e allii, *Investigación participativa y Praxis rural*; Mosca Azul, Lima 1981; M. TAMAYO y TAMAYO, *El Proceso de la Investigación científica fundamental*, Investigación y Evaluación de Proyectos, Bogotá 1990. A este respeito ver, também, os interessantes trabalhos de C.-R. BRANDÃO, *Pesquisa Participante*, Ed. Brasiliense, 7ª Edição, São Paulo 1988; Id., *Repensando a Pesquisa Participante*, Ed. Brasiliense, 3ª Edição, São Paulo 1987.

⁹² Sobre a análise social da realidade ver A.-J. VELA, *Análisis de la realidad* (1ª y 2ª Parte), CIV (Casa de la Juventud-Bogotá), nn. 139-140 (En.-Abril 1988); Id., *Una Metodología de Análisis de la Realidad*, CIV, n. 151 (En.-Feb. 1990); Celadec, *Análisis de Estructura y de Conyuntura*, Lima 1979; A. LONDOÑO, *Análisis de la Realidad*, CIV, n. 139, 1988; M. Peresson, *Análisis de Estructura, Análisis de Conyuntura, Metodología*, IndoAm. Press, Bogotá 1989 (Experiencias, 85);

a ser efetuada⁹³; no treinamento de auxiliares de investigação⁹⁴; na definição das unidades de pesquisa⁹⁵; e, na elaboração de seus instrumentos⁹⁶. A preparação próxima consistiu numa ampla divulgação do processo e de seus objetivos nas comunidades e nos meios de comunicação social, durante três meses. A abertura deu-se no dia 11 de março de 1984, através de uma celebração especial, com material próprio, em cada uma das 600 comunidades das 53 paróquias da diocese e de um painel na Televisão. De 11 de março a 15 de maio foi efetuada a pesquisa-de-campo, uma amostra composta de aproximadamente de 55 mil pessoas. Após a tabulação dos dados recolhidos, não só da pesquisa-de-campo, como também da investigação bibliográfica, publicou-se uma Pré-monografia sobre a realidade sócio-pastoral sul catarinense⁹⁷.

De novembro/1984 a abril/1985, portanto durante seis meses, procedeu-se ao “*estudo, discussão e correção*” dos dados levantados em cada uma das 600 comunidades. Para isso, serviu-se do texto analítico e técnico da Pré-monografia mas, também, confeccionados a partir dela, de material popular como audiovisual, album-seriado, 8 documentários na TV e um livrinho de uma Via-Sacra de Quaresma, elaborada a partir dos dados levantados e destinada às reuniões de família. No mês de maio de 1985 ocorreram as Assembléias Paroquiais, Comarcais e a Iª Assembléia Diocesana do Sínodo, que recolheram as correções feitas em seus respectivos níveis e que definiram a Monografia que contém o Marco de Realidade da Diocese. Nesta fase, pensa-se ter atingido a grande maioria da população na Diocese, de aproximadamente 600 mil habitantes. A seguir, durante os meses de julho, agosto e setembro de 1985, procedeu-se ao “*estudo, discussão e correção*” da realidade levan-

⁹³ Trata-se da determinação do universo da investigação, a partir dos objetivos propostos. A este respeito ver G. BRIONES, *La formulación de los problemas de la investigación social*, Ed. Uniande, Bogotá 1981; CEDEPAS, *Guía de Investigación Campesina para la Acción*, México 1981.

⁹⁴ Eles eram membros das Equipes Paroquiais de Coordenação do Sínodo, treinados para atuarem no levantamento da realidade.

⁹⁵ Trata-se da determinação das fontes ou unidades da investigação direta e participante e, igualmente, da busca de dados de segunda-mão, através de uma pesquisa bibliográfica.

⁹⁶ Para a pesquisa de campo, optou-se pela elaboração de questionários participativos.

⁹⁷ Cfr. *Diocese de Tubarão, quem somos?*, op. cit., 116 p.

tada, relativa a cada paróquia. Muitas delas serviram-se, também, de material de elaboração própria, como álbum seriado, folhetos, slides, jornais, programas de rádio, etc.

O Marco Doutrinal. Foi sobre a base do *Marco de Realidade* que se alicerçaram as demais etapas do processo, sempre de maneira indutiva e participativa, com as coordenações envolvendo as comunidades e, estas, tomando as decisões, através das assembléias em seus diferentes níveis. Procedeu-se à iluminação da realidade analisada a partir dos conteúdos da fé, procurando privilegiar a participação e o processo, em relação aos resultados ou ao Plano. Foram envolvidos na elaboração do Marco Doutrinal, os trinta serviços ou setores de pastoral então existentes a nível diocesano o Conselho Diocesano de Pastoral, o Seminário Maior de Teologia da Diocese, o Secretariado Diocesano de Pastoral, a IIª Assembléia Diocesana do Sínodo, uma equipe de padres redatores e professores do Instituto Teológico de Santa Catarina - ITESC⁹⁸. Começou-se com a convocação de mais uma Assembléia Diocesana para a definição dos temas que comporiam o Marco Doutrinal, capazes de iluminar a realidade constatada. A seguir, a Coordenação Diocesana de Pastoral acompanhou seu processo de elaboração que passou por cinco redações consecutivas, num espaço de mais de dois meses de trabalho, até chegar ao ante-projeto do documento definitivo⁹⁹. Este segundo documento do SPT divide-se em duas partes. A primeira apresenta o Marco Doutrinal *geral* que orienta a globalidade do plano¹⁰⁰ e, a segunda, contém o Marco Doutrinal *específico*, que explicita as orientações doutrinárias a respeito dos Centros, Agentes, Meios, Lugares e Destinatários especiais da evangelização¹⁰¹.

A exemplo do Marco de Realidade, o Marco Doutrinal também foi *estudado, discutido e corrigido* participativamente nas 600 Comunidades Eclesiais Locais das 53 paróquias da Diocese, nos meses de agosto, setembro e outubro de 1985. Nesta etapa, foram utilizados 5.000 exemplares deste segundo documento e 180.000 cópias de três folhetos populares que apresentavam um resumo de

⁹⁸ Cfr. Cd-SPT, p. 126-127.

⁹⁹ Cfr. *Diocese de Tubarão, para onde vamos?*, op. cit., 112 p.

¹⁰⁰ Cfr. Cd-SPT, p. 9-34.

¹⁰¹ *ibid.*, p. 35-110.

todo o conteúdo do Marco Doutrinal, destinados às comunidades eclesiais e serviços pastorais. Além deste material, também foram apresentados oito documentários na TV pela Equipe Central de Coordenação do Sínodo¹⁰². As correções, oriundas das bases, foram recolhidas pela Assembléia Diocesana do Sínodo, de 5 de novembro de 1985¹⁰³.

O *Diagnóstico Pastoral*. O terceiro e último passo do Marco Referencial foi a explicitação do Diagnóstico Pastoral, conclusão da fase de apreensão da realidade, fruto do juízo comparativo entre o Marco da Realidade e o Marco Doutrinal¹⁰⁴. Tratou-se de um diagnóstico “*sócio-analítico-pastoral*” da realidade levantada, uma vez que ele representou a tomada de posição dos cristãos perante os desafios encontrados¹⁰⁵.

O Diagnóstico da realidade sul- Catarinense foi feito em duas assembléias diocesanas do SPT. Durante a IIIª Assembléia¹⁰⁶, determinou-se os grandes problemas e desafios postos pelo estudo da realidade, identificou-se as forças de apoio e de resistência, assinalou-se as tendências negativas e positivas, indicou-se as urgências e buscou-se pistas de resposta¹⁰⁷. Após a Assembléia, a Equipe Central de Coordenação do Sínodo, especialmente seus peritos, procedeu a uma sistematização dos conteúdos e a um enquadramento dos mesmos a partir do esquema usado na abordagem da realidade registrada no Marco da Realidade. Os conteúdos foram

¹⁰² *ibid.*, p. 126-127.

¹⁰³ O documento final do Marco Doutrinal está publicado no Compêndio, Cfr. Cd-SPT p. 133-224.

¹⁰⁴ Sobre “interpretação da realidade” ou “visão pastoral da realidade” ver G. IRIARTE, *Esquemas para la interpretación de la realidad*, Ed. Senpas (Secretariado Nacional de Pastoral Social), La Paz 1985; J.-B. LIBÂNIO, *Los modos de discernir, Reflexiones CIRE* (En.-Abril 1987) 15-33; A. MORALES, *Análisis e Interpretación de la Realidad*, IndoAm. Press, Bogotá 1990 (Experiências, 97); A. PARRA, *Aproximación al método y al análisis teológico de la realidad*, *Theol. Xav.*, 62 (1981) 33-57.

¹⁰⁵ Neste sentido, na medida em que foi um discernimento cristão da realidade sócio-histórico-pastoral e ponto de partida para uma ação transformadora, o Diagnóstico Pastoral se coloca mais adequadamente entre o Marco Referencial e o Marco Operacional. Cfr. L. GALVÁN y J.-M. MARÍN, *El Diagnóstico y el Pronóstico en los procesos de cambio*, Colección Desarrollo Comunitario, México 1974.

¹⁰⁶ Assembléia ocorrida nos dias 14 e 15 de agosto de 1985.

¹⁰⁷ Cfr. Cd-SPT, p. 227.

elencados em ordem de incidência, tal como apareceram na Assembléia, fruto do plenário dos diversos grupos de trabalho¹⁰⁸. Finalmente, essa redação do Diagnóstico Pastoral foi submetida à apreciação e votação na Vª Assembléia Diocesana do Sínodo¹⁰⁹.

O *Prognóstico Pastoral*. Terminada a elaboração do Marco Referencial, o primeiro passo do Marco Operacional deu-se com a definição do Prognóstico Pastoral. Ele consistiu na explicitação do Objetivo Geral e dos Objetivos Específicos da pastoral diocesana bem como, a partir dos maiores problemas levantados, na definição dos serviços pastorais a serem levados à prática, também eles, com seus respectivos objetivos e critérios de ação¹¹⁰.

Os Serviços ou Setores da pastoral diocesana, em número de 34, foram definidos pela IVª Assembléia Diocesana¹¹¹. A seguir, na mesma assembléia, também foram definidos e elaborados o Objetivo Geral e os oito Objetivos Específicos da ação pastoral global na Diocese. Eles foram elaborados a partir da realidade sócio-histórico-pastoral e do Marco Doutrinal, expressão *do que se quer alcançar e do para que*¹¹².

Após a elaboração do Objetivo Geral e dos Objetivos Específicos, as equipes diocesanas correspondentes a cada um dos 34 setores de Pastoral reuniram-se para redigir o Objetivo de seu respectivo serviço, bem como para definir os Critérios de Ação, ou seja, suas Políticas e Estratégias. Em seguida, cada Setor submeteu sua redação ao Conselho Diocesano de Pastoral, e suas sugestões e reformulações foram integradas pela Coordenação Diocesana de Pastoral. Enfim, o texto final foi apreciado, reformulado e votado pela Vª, VIª e VIIª Assembléias Diocesanas do Sínodo¹¹³.

¹⁰⁸ *ibid.*, p. 228.

¹⁰⁹ Assembléia ocorrida no dia 21 de outubro de 1985. O documento final encontra-se no Cd-SPT, p. 225-256.

¹¹⁰ Cfr. Cd-SPT, p. 259. A este respeito, ver, O. Gelinier, *Dirección participativa por objetivos*, Bilbao 1968; W. HUERTAS, *Identificación de los Objectivos terminales*, INIDE Vol. II, 24-42, Retablo de Papel, Lima 1976; G.-L. MORRISEY, *Administración por Objetivos y Resultados*, Fondo Educativo Interamericano, Colombia 1976.

¹¹¹ Assembléia ocorrida nos dias 14 e 15 de outubro de 1985.

¹¹² Cfr. Cd-SPT, p. 267.

¹¹³ Assembléias ocorridas nos dias 21 de outubro, 5 de novembro e 25 e 26 de novembro de 1985, respectivamente. O *Prognóstico Pastoral* encontra-se publicado no Cd-SPT, p. 257-292.

A Organização dos Mecanismos de Coordenação. Tendo-se definido o Plano Global de ação, com a elaboração do Prognóstico Pastoral, o processo de planejamento participativo do SPT ocupou-se da Organização dos Mecanismos de Coordenação. A execução do plano estabelecido exigia uma reorganização da instituição eclesial em seus diferentes níveis, para um verdadeiro exercício da criatividade, da co-participação e da co-responsabilidade. É o momento da partilha do poder enquanto serviço, em que se responsabiliza organismos e pessoas por ações, recursos humanos, físicos e financeiros. Esta quinta etapa do processo teve início na VIIª Assembléia Diocesana¹¹⁴. Em nove comissões, trabalhou-se em determinar, em termos de organização, o que deveria permanecer, o que precisaria ser redimensionado e o que deveria ser criado a nível paroquial, comarcal e diocesano. A partir destas deliberações, a Coordenação Diocesana de Pastoral elaborou o ante-projeto do documento que foi submetido à apreciação e votação na Xª Assembléia Diocesana¹¹⁵.

Diretrizes e Normas Pastorais. Por fim, veio o sexto e último passo com a elaboração das Diretrizes e Normas Pastorais, última etapa do Marco Operacional, comumente denominada Controle e Avaliação¹¹⁶. Nos meses de fevereiro e março de 1986, as equipes diocesanas de cada um dos Setores de Pastoral procederam à redação preliminar do documento. Em abril, a Coordenação Diocesana de pastoral elaborou uma redação complementar ao texto, que foi enviado às paróquias para estudo, discussão e correção. Em maio, as correções oriundas das paróquias foram recolhidas e discutidas nas reuniões comarcais. Por fim, nos dias 2 e 3 de julho, a XIª Assembléia Diocesana do Sínodo procedeu à apreciação, discussão e votação definitiva do documento, incluindo também os meios de cobrança¹¹⁷.

¹¹⁴ Assembléia realizada, como já se disse, nos dias 25 e 26 de novembro de 1985.

¹¹⁵ Assembléia ocorrida nos dias 4 e 5 de março de 1986. Cfr. Cd-SPT, p. 295-296. Esse documento encontra-se no Compêndio, Cfr. Cd-SPT, p. 293-330. A VIIIª e IXª assembléias haviam se ocupado da programação pastoral para o ano de 1986.

¹¹⁶ Cfr. Cd-SPT, p. 333. A este respeito, ver, J.-A. VELA, *Planificación y Evaluación Pastoral*, CIV 108 (1982) 1-24; E. ECHARREN, *Es posible evaluar la Pastoral? De qué forma hacerlo?*, *Sal Terrae* LXVI, 679-687.

¹¹⁷ O documento *Diretrizes e Normas Pastorais* está publicado no Cd-SPT, p. 335-355.

1.3. Resultados e desafios de um processo indutivo e participativo para a inculturação da Igreja

Todo esse longo processo participativo mobilizou muita gente, provocou muitos debates, fez aflorar preocupações e sensibilidades diferentes, originou conflitos mas, acima de tudo, gerou consensos que possibilitariam uma ação pastoral mais transformadora e mais inculturada no sul-catarinense.

a) Resultados

No que diz respeito ao exercício de uma eclesiologia de comunhão, em vista de uma comunidade eclesial toda ela ministerial e co-responsável, o SPT possibilitou alguns passos importantes.

Sem dúvida, um dos primeiros frutos do Sínodo foi a “desestabilização” da Diocese enquanto instituição, no sentido de uma flexibilidade de suas estruturas em relação às tarefas pastorais. Na verdade, toda instituição com um poder não simplesmente descentralizado, mas desconcentrado, que funciona dentro do princípio da subsidiariedade, é uma instituição instável. E muito mais quando, em relação à pastoral, há o exercício de um “poder-serviço”, controlado de forma ascendente, na medida em que o nível inferior orienta a função do nível superior¹¹⁸. Em princípio, ninguém monopoliza mais o poder, nem uma assembleia, não importa de que nível eclesial¹¹⁹. Há um poder que flui, sobretudo de maneira ascendente. Isso levou à superação de um simples organograma da Diocese, em forma piramidal, comum a toda instituição, para dar origem à elaboração um “fluxo-organizacional”¹²⁰, em forma circular. No centro dele está a ação, os diversos serviços da Igreja, pois, o mais importante é o Povo de

¹¹⁸ Santo Domingo, neste sentido, fala da necessidade de manter as estruturas eclesiais a serviço da comunhão (cfr. n. 69- §1º).

¹¹⁹ Grande passo neste sentido foi a votação de uma norma de rotatividade do clero das paróquias dentro de um prazo de, no máximo, sete anos. Isso reforça o comunitário frente a possíveis personalismos da parte dos párocos.

¹²⁰ Cfr. Cd-SPT, p. 330, anexo 3. Sobre a organização não piramidal, cfr. F. WHITAKER, *Rede: estrutura alternativa de organização, Vida Pastoral* (Brasil), novembro-dezembro de 1993, p. 15-20; H.-R. Hoare, *Uso del análisis de la Red en la Administración de Proyectos*, Ed. Diana, México 1979.

Deus agindo, a ortopraxia, sem menosprezar, é claro, a importância e o lugar da ortodoxia. Essa ação se desenvolve no interior de comunidades eclesiais, organizadas em seus diversos níveis (CEBs, Capela, Paróquia, Comarca, Diocese), e com seus diversos serviços pastorais e ministérios, conforme suas necessidades. Para evitar um corporativismo dos diversos setores, eles se aglutinam em conselhos de pastoral, com seus respectivos primeiros responsáveis. Por fim, como órgãos máximos de tomada de decisão em relação à vida pastoral, vêm as assembléias, “*organismos de globalização*”, nas quais leigos, padres e religiosos têm o mesmo poder de decisão¹²¹.

A nível diocesano, o exercício de uma eclesiologia de comunhão exigiu a criação de novos organismos de globalização. Além do Conselho Diocesano de Pastoral, institucionalizou-se ainda os conselhos de Pastoral Social¹²², de Movimentos e Associações¹²³, Presbiteral, Administrativo e o Colégio de Consultores. Ademais, em vez de apenas um coordenador diocesano de pastoral, foi criada uma equipe de Coordenação Diocesana, composta pelo Bispo Diocesano, pelo Vigário Geral, pelo Coordenador Diocesano de Pastoral e adjuntos ao Secretariado Diocesano. O Secretariado Diocesano de Pastoral foi ampliado com a inclusão dos Vigários Comarcais e teve mais uma sede aberta na parte sul da diocese, para dar mais agilidade e presença diocesana nas comarcas e paróquias e melhor atendimento a esta região¹²⁴. Enfim, com o SPT, além da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), que já tinha sua secção na Diocese, o clero e os leigos também sentiram necessidade de terem uma entidade própria. Os padres fundaram a Associação dos Presbíteros da Diocese de Tubarão (ASPREDIT), pioneira no país¹²⁵.

¹²¹ Cfr. Cd-SPT, p. 301. O Bispo também quiz submeter-se a este princípio. Santo Domingo insiste muito na necessidade dos leigos participarem “na vida da Igreja” (n. 54), “nos conselhos de pastoral” (n. 98) e na “estrutura pastoral” em geral (n.100).

¹²² O Conselho de Pastoral Social se propôs, a partir da Doutrina Social da Igreja, impulsionar a ação pastoral no campo social de forma coordenada e consertada com as demais frentes da ação eclesial.

¹²³ Os movimentos, como se sabe, por seu caráter exógeno, são um verdadeiro desafio a uma inculturação da Igreja em seu âmbito local. Como chama atenção Santo Domingo, “eles devem estar coordenados na pastoral de conjunto” e faz-se necessário acompanhá-los “num processo de inculturação mais definido e alentar a formação de movimentos com um caráter mais latino-americano”, cfr. SD, 102.

¹²⁴ Cfr. Cd-SPT, p. 314-318.

¹²⁵ Cfr. *Estatuto da Associação dos Presbíteros da Diocese de Tubarão - ASPREDIT*, publicado no Cd-SPT, p. 319-330.

Os leigos criaram um Conselho Diocesano de Leigos¹²⁶, com sua assembléia diocesana, não só para reafirmarem sua identidade mas, acima de tudo, para garantirem o seu espaço, principalmente na Igreja.

Ao lado de todo este despertar em busca de uma participação organizada, o SPT levou também a uma maior qualificação dos agentes de pastoral em geral, especialmente dos leigos¹²⁷, condição essencial para o exercício paritário da co-responsabilidade. A prioridade das prioridades, durante o primeiro ano de aplicação do plano, a pedido dos leigos, foi a capacitação de agentes de pastoral, através de uma "formação na ação". Programou-se um Curso de Capacitação para Agentes de Pastoral, a ser ministrado em cada uma das 600 comunidades das 53 paróquias da Diocese e destinado especialmente a todas as pessoas à frente de um serviço de pastoral. Para isso, redigiu-se um manual próprio, com conteúdos sugeridos em assembléias e pedagogia discutida com Paulo Freire¹²⁸. A sua realização foi em forma de mutirão. Uma vez treinado um grupo de professores de cada paróquia em nível comarcal, num total de aproximadamente 2.000, foram ministrados, somente no ano de 1987, 595 cursos de 40 horas, a 11 mil agentes de pastoral. O encerramento foi celebrado com uma grande concentração, que contou com a presença tanto dos agentes quanto dos professores, aproximadamente 15.000 pessoas, juntamente com Dom Helder Câmara, homem símbolo da promoção da educação popular através do MEB. Desta experiência caminhou-se para a criação de três escolas teológicas para leigos¹²⁹. Em pleno funcionamento desde 1988, elas já formaram milhares de agentes de pastoral, através de um curso de 240 horas/aula-ano, com a duração de dois anos.

¹²⁶ Santo Domingo ressalta a necessidade de "promover conselhos de leigos, em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam ao fortalecimento da unidade, a espiritualidade e a organização do laicado" (n. 98-§2º).

¹²⁷ Neste sentido, Santo Domingo também insiste em "favorecer a formação permanente... especialmente dos agentes de pastoral", n. 240 e, também, 57. Sobre a formação dos leigos no Documento de Santo Domingo ver também os nn. 44, 45, 57, 60, 61, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 107, 115, 185, 237, 238.

¹²⁸ Cfr. A. BRIGHENTI, *Curso de Capacitação para agentes de Pastoral, Manual para professores e alunos*, Gráfica/Editora Dehon, Tubarão 1986, 236 p. (1ª edição 8.000 exemplares, 2ª edição 5.000 exemplares).

¹²⁹ Foram criadas, uma em Tubarão, outra em Criciúma e uma terceira em Araranguá.

Por fim, cabe também ressaltar um outro movimento de participação, não menos significativo, que foi a implantação do dízimo. Ele seria a condição, talvez a mais dura¹³⁰, mas também a mais realista para o exercício autêntico da co-responsabilidade. Só a fé na força dos pequenos poderia, não só libertar as carentes comunidades eclesiais dos interesseiros favores dos dominadores, como também fazer deles os verdadeiros sujeitos de sua própria promoção.

b) Desafios

Entretanto, não foram poucos os desafios encontrados, muitos deles ainda presentes até hoje. Desde o início do processo, deparou-se com a complexidade da metodologia em questão e com o reduzido número de pessoas capacitadas tecnicamente para assessorar a caminhada. Esta metodologia, por mais participativa que seja, por sua complexidade, é ainda muito discriminante. Tanto que praticamente, do ponto de vista metodológico, foram os peritos que asseguraram a coerência interna do processo e a articulação entre os passos dados. Eles asseguraram a “diretividade” do processo, o que em alguns momentos foi confundido com diretividade dos resultados. Na verdade, a metodologia aplicada cruzou os níveis *popular, pastoral e profissional* de uma reflexão teológico-pastoral, mas com as mesmas pessoas, tornando difícil a participação, sobretudo das pessoas do nível popular. O ideal teria sido haver adaptado a metodologia a cada nível, com atividades específicas e diferentes para cada um deles, provocando o encontro dos três no final de cada etapa do processo. Concretamente, utilizando-se da metodologia *ação-reflexão* no nível popular, basicamente do método *ver-julgar-agir* no nível pastoral, e, no nível profissional, da trilogia *ver analiticamente, julgar teologicamente e agir pastoralmente*.

A aplicação desta metodologia complexa e globalizante levou a uma outra consequência análoga, a saber, à complexidade das estruturas eclesiais e da ação pastoral, fruto da vontade de responder à globalidade dos problemas levantados. Os inúmeros desafios

¹³⁰ É muito difícil levar o “pequeno” a acreditar na força do “pequeno” e aceitar dispor de menos recursos quando se tem tantas necessidades.

postos pela situação dos cristãos e dos homens em geral levou à organização de uma multiplicidade de serviços pastorais. De outro lado, a necessidade de uma ação orgânica e de conjunto, para escapar de uma atomização dos inúmeros organismos de trabalho levou, inevitavelmente, à criação de múltiplos mecanismos de decisão, de coordenação e de globalização, que acabaram gerando uma instituição pesada e lenta. Tomar uma diocese de mais de meio milhão de pessoas como unidade de planejamento participativo, envolvendo igualmente os níveis paroquial e comarcal, expõe-se ao risco de comprometer o exercício de um poder realmente participativo e de um discernimento verdadeiramente indutivo. O processo de tomada de decisão torna-se demasiado lento em relação ao dinamismo da história, bem como o discernimento comunitário. Como solução, sem falar da necessidade de dioceses menores, seria mais adequado tomar cada nível eclesial como uma unidade de planejamento autônoma, ainda que não independente.

Por fim, resta o desafio do respeito e do equilíbrio necessário entre o profético e o institucional, entre o pessoal e o comunitário. O participativo não pode abafar a criatividade, embora o maior problema encontrado se tenha manifestado no outro extremo, no vanguardismo, ou seja, na falta de paciência daqueles setores, que já tinham alcançado um estágio maior de consciência, em caminhar juntos com os setores retardatários. Um processo participativo é necessariamente mais lento e os “vanguardistas” têm dificuldade em compreender que, com maior número de pessoas, se pode ir mais longe, se de fato se busca, no plano social, por exemplo, uma transformação da sociedade com meios evangélicos, nos moldes de uma democracia participativa.

c) Contributos do exercício de uma eclesiologia de
comunhão para a inculturação-endoculturada da Igreja

A afirmação do Concílio Vaticano II de que a simbiose entre fé e cultura “somente pode efetuar-se vitalmente pelos próprios membros de uma cultura” (AG 22), justifica a necessidade da aplicação de uma metodologia de planejamento pastoral que favoreça a participação de todos os membros de uma comunidade eclesial como sujeitos de um processo de tomada de decisões. Isso lhes possibilita assumir as contradições existentes em seus meios de vida,

impregná-las de mistérios de Deus, transformando-as em sinais visíveis de um Reino também histórico. Nesta perspectiva, a implantação do dízimo ajudou a superar, como afirma Santo Domingo, “a mentalidade e a práxis do desenvolvimento induzido de fora, em favor do auto-desenvolvimento, a fim de que sejam artífices de seu próprio destino” (SD 251-§2º).

O desafio da inculturação do Evangelho (SD 185) e da Igreja (SD 248) encontra também um meio privilegiado de operacionalização no processo de formação na ação. As Escolas de Teologia para Leigos, estes, agentes de pastoral engajados, contribuem para uma maior reflexão teológica no seio de suas próprias comunidades eclesiais, fazendo a Palavra de Deus recobrar sua pertinência e relevância para as situações concretas aonde vivem.

De outra parte, o processo do Sínodo, ao pôr em relevo a dimensão social da ação pastoral, atesta que as ações meramente individuais não respondem aos problemas com dimensões estruturais. Somente uma ação comunitária ou uma pastoral social pode fazer frente, num esforço conjunto com outras instituições, aos graves problemas sociais do continente. Sem isso, a inculturação do Evangelho e da Igreja poderá penetrar na base do pensar, dos princípios fundamentais de vida, dos critérios de juízo, das normas de ação, mas não se projetará “no *ethos* do Povo... em suas instituições e em todas as suas estruturas” (SD 228-§4º, citando João Paulo II). Essa ação pastoral des-atomizada e co-responsável, exige uma nova organização, não piramidal, mas baseada sobretudo em mecanismos comunitários de coordenação (coordenação de serviços e de níveis eclesiais, etc.) e organismos de globalização (assembléias, conselhos, etc.). Estes mecanismos e organismos contribuem a uma Igreja autóctone culturalmente falando, na medida em que, à luz da fé, os agentes de pastoral, comunitariamente, afrontam seus próprios problemas sociais e conformam uma instituição adaptada à índole de sua própria cultura. Exemplo disso, na Diocese de Tubarão, foi o esforço do Conselho Diocesano de Movimentos e Associações em inculturar organismos, quase trans-nacionais, na realidade sócio-eclesial sul-catarinense. Claro que, num processo como este, a tensão que se estabelece entre o pessoal e o comunitário, entre o institucional e o profético, deve ser assumida não só como normal, mas como necessária, ao mesmo tempo em que se deve priorizar o pessoal e o profético, sem o que, o

comunitário se torna massa e o institucional, inadequado aos desafios do presente.

2. A INTER-RELAÇÃO DO SABER POPULAR E CIENTÍFICO-PROFISSIONAL NO PROCESSO DO SÍNODO

A metodologia de planejamento utilizada pelo SPT buscou, também, estabelecer uma simbiose entre saber popular e científico-profissional, na medida em que levou as próprias comunidades eclesiais a trabalharem com um certo rigor científico, dando assim mais credibilidade e eficácia ao saber por elas mesmas produzido.

2.1. Saber científico não é sinônimo de anti-popular

O trabalho eclesial popular, também o existente na Diocese, tem caído, às vezes, numa espécie de empirismo pastoral, uma enganosa concepção de que o saber científico é anti-popular¹³¹. Os setores ligados a esta concepção evitam, por isso, a metodologia “*ver analiticamente, julgar teologicamente e agir pastoralmente*”. O seu processo de planejamento geralmente começa pela Programação da Ação¹³². Supõe-se o conhecimento da realidade e dos ideais do Evangelho, acreditando que todos já tenham claro os objetivos a alcançar. Na prática, sob a pressão das inúmeras urgências da situação, facilmente se cai no imediatismo, que leva ao pragmatismo de uma ação pastoral repetitiva e acaba estéril e a-histórica¹³³. Como é uma ação que peca por miopia, tanto em relação ao presente como ao futuro, ela cansa e perde rapidamente o compasso da história. Sem uma reflexão consequente com a ação ou uma teoria da práxis, não há recriação da ação. E uma prática sem teoria é sempre uma prática suicida¹³⁴.

¹³¹ No outro extremo está a posição dos que pensam que o saber popular é anti-científico, esquecendo que o povo é igualmente dotado de um *logos* crítico.

¹³² Cfr. A. BRIGHENTI, *A explicitação do Marco Referencial no planejamento pastoral*, in *A Igreja em Santa Catarina, Informativo da CRB/SC e do Regional sul IV da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, Ano VIII, dezembro 1987, p. 6-8.

¹³³ *ibid.*, p. 6.

¹³⁴ *ibid.*, p. 7.

Fugindo igualmente do imperativo de um diálogo com as ciências, em vista de uma visão analítica da realidade, e de uma iluminação teológico-sistemática da mesma, esses mesmos setores, iniciam, também, às vezes, o processo de planejamento a partir do estabelecimento dos *objetivos* da ação¹³⁵. Começa-se por dar uma direção à ação, mas como não se tem um conhecimento explícito da situação e não se fez uma iluminação adequada da realidade, facilmente inventam-se objetivos, que correm o risco de não serem resposta a desafios concretos.

A metodologia do SPT se inscreve na perspectiva da metodologia da Ação Católica, de *Gaudium et Spes* e, sobretudo, da teologia latino-americana, para as quais todo compromisso cristão nasce de um discernimento da realidade, mediado pelas Ciências humanas e do Social¹³⁶, e iluminada pela Palavra revelada, lida no seio da Igreja. É uma metodologia que articula a trilogia *ver-julgar-agir* de maneira dialética, o que permite evitar a pretensão de *objetivismo*, como também o risco de *subjetivismo*. A pretensão de *objetivismo* consiste em querer ver a realidade na qual se está inserido do lado de fora da mesma e o *subjetivismo*, em acreditar que uma leitura empírica é a única forma de conhecimento real. Na metodologia do SPT, em princípio, foram os próprios *atores* da ação, como cristãos, que procuraram conhecer *analiticamente* a sua própria situação, iluminar as contradições da mesma com a luz do Evangelho e reorientar a futura ação, apoiados nos instrumentais da praxiologia¹³⁷, o que se conseguiu em parte. No processo do SPT, buscou-se um conhecimento objetivo da realidade a partir do ponto de vista do sujeito. Operou-se um “ver” e um “julgar” a realidade, já comprometidos com sua transformação.

Concretamente, no processo do Sínodo, “*ver analiticamente*” consistiu num “ver a realidade” pelos seus próprios sujeitos, apoiados nos instrumentais das Ciências Humanas e do Social. Para a metodologia do SPT, o observador (sujeito) e a realidade observada (objeto) constituem realidades inseparáveis, realidades de uma mesma

¹³⁵ *ibid.* p. 6.

¹³⁶ Cfr. J. JIMENEZ CARVAJAL et alii, *Interpretación de la realidad*, op. cit., p. 21-22.

¹³⁷ Cfr. A. BRIGHENTI, *A explicitação do Marco Referencial no planejamento pastoral*, op. cit., p. 7-8.

história. A pretensão de independência e total objetividade é uma ilusão ideológica¹³⁸.

Assim, a investigação, por si só, já se constituiu numa intervenção na realidade, numa ação política, o que implicou no investigador deixar-se desafiar pela realidade, ao mesmo tempo em que a questiona. O isolamento e o descompromisso impediam-lhe de conhecê-la. O investigador, em outras palavras, só pôde entender a realidade que analisou, na medida em que esteve disposto a mudar a si mesmo. Conhecer, passou a ser um processo de conversão. Para a metodologia do SPT, em última análise, o método é o sujeito dissolvido em ciência e o objeto é o sujeito dissolvido em método¹³⁹.

2.2. A inter-relação dos dois saberes no processo do Sínodo

O processo de planejamento pastoral do SPT foi ao mesmo tempo um processo popular e científico, na medida em que as próprias comunidades eclesiais estabeleceram um diálogo com as Ciências Humanas e do Social. A articulação entre o saber destas comunidades e o saber científico foi assegurada pela integração no processo de planejamento de um grupo de peritos em sociologia, economia, planejamento, serviço-social, psicologia e teologia¹⁴⁰. Essas pessoas, não fizeram uma mera assessoria de fora, como convidados, mas acompanharam o processo, de dentro, como membros da Equipe Central de Coordenação e pela participação no trabalho executivo da Coordenação Diocesana de Pastoral e nas Assembléias Diocesanas.

Concretamente, como se viu anteriormente, o conhecimento da realidade *sócio-pastoral* do sul do Estado foi feito através de uma pesquisa *direta e participante*¹⁴¹. Ela foi direta, porque foram as próprias comunidades que definiram o universo da pesquisa, ou

¹³⁸ Cfr. MPP, p. 31.

¹³⁹ *ibid.*

¹⁴⁰ Cfr. Cd-SPT, p. 24. Santo Domingo também insiste na importante "colaboração dos cientistas", cfr. n. 226.

¹⁴¹ Cfr. Cd-SPT, p. 35.

seja, “o que” conhecer e, participante, porque foram também elas que elaboraram comunitariamente o saber a respeito delas próprias¹⁴². As unidades de pesquisa, definidas pelos peritos, foram igualmente participativas. A primeira foi composta por 600 Grupos Locais de Investigação, um em cada uma das comunidades eclesiais organizadas na Diocese, integrado por 2/5 por responsáveis pelos diversos setores de pastoral da comunidade, 1/5 por católicos praticantes não responsáveis por serviços pastorais, 1/5 por representantes de entidades civis e do poder público e, enfim 1/5 por não católicos ou pessoas sem religião. A segunda, foi integrada por 3.088 famílias, sorteadas dentre o total de famílias católicas da comunidade, sendo em número de 10 nas matrizes e de 5 nas capelas ou comunidades locais. A terceira foi constituída pelas 68 comunidades religiosas. E, finalmente, a quarta, composta pelos 120 padres que trabalhavam na Diocese¹⁴³.

A pesquisa consistiu na aplicação de quatro diferentes questionários, um em cada unidade de pesquisa. A resposta foi fruto da discussão em grupo e da decisão por um consenso mínimo de 2/3 dos integrantes. Após a pesquisa, procedeu-se à tabulação dos dados a nível paroquial, comarcal e diocesano pelas próprias equipes paroquiais de coordenação. Os dados, em número aproximadamente de um milhão e meio, foram tabulados em 3.000 mapas¹⁴⁴. Após rigorosa revisão e correção da tabulação por parte dos peritos, foi feita a redação de um informe, contendo os dados da pesquisa-de-campo e outros de segunda-mão, como fontes bibliográficas e censos¹⁴⁵.

Nas fases seguintes, na elaboração do Marco Doutrinal contou-se com a assessoria de professores de teologia que deram um cunho sistemático à iluminação teológica da realidade e, na definição do Marco Operacional, integrou-se elementos da Administração.

¹⁴² *ibid.*, p. 34.

¹⁴³ *ibid.*, p. 34-35.

¹⁴⁴ *ibid.*, p. 39-40.

¹⁴⁵ *ibid.*, p. 40-41. Os dados levantados, tanto por sua seriedade, como por sua credibilidade, além de despertar o interesse das comunidades, levaram os peritos, a Coordenação Diocesana de Pastoral e outros organismos eclesiais a serem solicitados a explaná-los e discuti-los em congressos de educadores da região sul, em colóquios universitários, em câmaras de vereadores ou em meios de comunicação social.

2.3. Resultados e desafios da inter-relação entre os dois saberes

a) Resultados

Com o processo do SPT, um dos primeiros resultados do esforço de inter-relação entre saber popular e científico-profissional, foi a conquista de uma maior credibilidade da Igreja no seio da sociedade. A integração das Ciências Humanas e do Social no trabalho popular permitiu que a denúncia, por exemplo, se tornasse mais profética e responsável, que a ação pastoral fosse desencadeada, não a partir de causas imaginárias, mas reais, permitindo, assim, atingir as bases da sociedade em vista de sua transformação. Ela levou, também, as próprias pessoas a confiarem mais em si próprias e na força dos fracos. O saber delas, porque mais real e de mais crédito, tornou possível o exercício de um verdadeiro poder dentro da sociedade. Enfim, esse procedimento, pôs um pouco das conquistas das ciências em função da causa dos pobres e do próprio Evangelho. Muitos dos valores da modernidade, historicamente se transformaram em contravalores, na medida em que foram manipulados em defesa dos interesses de uma minoria privilegiada. E esta é uma das formas de democratizar as conquistas da humanidade e de colocá-las em função da construção de um mundo crescentemente melhor para todos.

Um segundo resultado deste diálogo da Igreja com as ciências, foi a contribuição, não só para uma maior humanização da ciência, como também para a evangelização dos próprios homens de ciência. Com esse processo, não somente se estabeleceu um diálogo construtivo e enriquecedor, como o testemunho de abertura aos valores do mundo e das ciências por parte da Igreja, acabou sensibilizando pessoas do mundo científico para a causa do Reino¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Um exemplo marcante para mim foi o caso do perito em sociologia - Elly Ribeiro Nunes, vítima de um enfarto pouco dias antes de terminar o Sinodo. Era um ateu honesto, que buscava acreditar. Dias antes de sua morte, lhe perguntava se depois de quatro anos de trabalho como assessor do Sinodo ele ainda se considerava ateu. Ele respondeu em forma de pergunta: "se eu creio no teu trabalho, se eu creio no trabalho da Igreja no sul do estado, posso eu ainda considerar-me ateu?".

b) Desafios

Ao lado desses resultados restam, porém, alguns desafios. O primeiro deles é a dificuldade em entender que um processo popular não deixa de ser popular pelo fato de integrar peritos em seu seio. O divórcio histórico entre mundo da ciência e mundo popular torna difícil resgatar o papel importante que pode jogar a teoria ou o intelectual num processo social ou pastoral. Confunde-se facilmente nesses meios, teoria com teorismo e intelectual com homem de gabinete. Em segundo lugar, decorrência disso, está a falta de formação, principalmente sócio-analítica-pastoral dos agentes de pastoral em geral. Torna-se difícil uma verdadeira inter-relação entre saber popular e saber científico quando os meios populares se apresentam despreparados cientificamente. Um mínimo de formação analítica é indispensável para que os meios populares não dependam totalmente dos homens de ciência para qualquer reflexão analítica ou crítica, ainda que o saber popular não seja totalmente desprovido de um *logos* crítico.

c) Contributos para uma inculturação-endoculturada da Igreja

Da inter-relação dos dois saberes no processo do Sínodo, ao menos dois contributos poderíamos destacar na linha de uma inculturação-endoculturada da Igreja em seu contexto sócio-histórico-pastoral.

Primeiramente, cabe destacar que o racionalismo científico moderno é incapaz de captar a "alma" de um povo em toda sua amplitude. A pessoa humana não é só razão e, muito menos, razão normatizada pelos padrões culturais de uma modernidade decadente. O saber popular e o senso comum são uma mediação imprescindível, não só para uma maior aproximação à vida de um povo, como para poder impregnar seu "sentir comum", seu "pensar", seus "princípios fundamentais de vida", seus "critérios de juízo", suas "normas de ação", em definitivo, seu "ethos", suas "instituições" e todas as suas "estruturas"... da Mensagem Evangélica (cfr. SD 228-§4^º). Sem o saber popular é impossível, por exemplo, captar o fenômeno da religiosidade popular em seus valores e limites, campo privilegiado para uma endoculturação da

Igreja. Porém, faz-se necessário tomar cuidado também com uma falsa pós-modernidade que prescindir da razão e das ciências. O anti-cientificismo pode facilmente levar a um fundamentalismo, que por ser a-crítico, compromete a universalidade da Mensagem. Antes trata-se de descobrir e valorizar o *logos* crítico do saber popular, uma privilegiada porta de entrada para inculturar a Fé e a Igreja num contexto particular.

Em segundo lugar, a experiência do Sínodo de Tubarão mostra que a tarefa de inculturação da Igreja não pode se dispensar de um diálogo ou de uma evangelização do mundo da ciência, importante campo criador de cultura. A missão, aí, é antes de tudo lembrar de que não existe saber absoluto, nem o saber teológico sobre o Absoluto. Nenhuma disciplina encerra a verdade, só melhor abarcada num regime de interdisciplinariedade. A fé tem muito a contribuir para uma maior humildade científica, ajudando a ciência a colocar-se em seu devido lugar e a contribuir a uma autêntica humanização. Aqui está um campo privilegiado de diálogo entre Igreja e mundo.

3. O SÍNODO COMO UM PROCESSO DE CONVERSÃO PARA A REALIDADE

Estreitamente ligado ao primeiro objetivo do SPT - *“dar mais voz e vez ao leigo na Igreja”*, estabeleceu-se um segundo, não menos importante - *“buscar uma pastoral de encarnação no contexto sul-catarinense, através da aplicação de uma metodologia que seja uma pedagogia de conversão para a realidade”*¹⁴⁷. Tomava-se consciência da impossibilidade de um compromisso pastoral profético e transformador, sem uma consciência dos problemas sociais e sem uma tomada de posição diante deles a partir da fé.

3.1. A tomada de consciência da miséria escondida

Pedagogicamente procurou-se buscar, estudar e depois assumir

¹⁴⁷ Cfr. Folheto de abertura do Sínodo, Arquivos do Secretariado Diocesano.

pastoralmente a realidade sul-catarinense sob três prismas: *população, natureza e Igreja*. Com isso, se quis, por um lado, fugir de uma leitura socializante, economicista ou estruturalista e, de outro, de uma visão meramente espiritualista. Deliberadamente pôs-se em primeiro lugar o *Homem*, sujeito da vida social e pastoral. A seguir, deu-se ênfase à relação do homem com a *Natureza*, com grande destaque para a ecologia, um dos grandes problemas do sul Estado, mas colocando-se aí também a cultura e a política¹⁴⁸. Enfim, abordou-se a *Igreja* e sua realidade pastoral, sacramento do Reino e comunidade de serviço de Deus dentro do mundo, não de forma separada do contexto social, mas nem por isso confundida com ele.

No que diz respeito à *população*, procurou-se captar a realidade do homem sul-catarinense, através das três etapas do viver - a etapa do *estudar* (de 0 a 19 anos), do *trabalhar* (de 20 a 60 anos) e do *descansar* (de 60 e mais anos) - uma vez que a vida tem o mesmo valor e dignidade, desde o berço até à velhice. Na etapa do *estudar*, constatou-se que dos 288 mil, com 0 a 19 anos, apenas 136 mil frequentam algum nível de ensino e 152 mil estão fora da escola¹⁴⁹. Na etapa do *trabalhar*, deparou-se com um grau de pobreza inimaginável: 20% de desempregados, 31% de agricultores sem terra, 42% das famílias ganhando menos de dois salários mínimos, etc.¹⁵⁰. No que diz respeito à *natureza*, constatou-se que a poluição,

¹⁴⁸ Santo Domingo também se coloca nesta perspectiva ao definir cultura como "cultivo e expressão de todo o humano em relação amorosa com a natureza e na dimensão comunitária dos povos", cfr. SD, 228 -§2°.

¹⁴⁹ Constatou-se, também, que há 67 mil crianças de 5 a 14 anos fora da escola. De cada 1000 alunos que entram na escola, 942 não chegam à universidade, Cfr. Cd-SPT, p. 54, 57 e 59.

¹⁵⁰ Somente para dar uns exemplos, dos quase 600 mil habitantes do sul do estado, 262 mil pessoas estão na etapa do trabalhar, ou seja, estão entre 20 e 60 anos, Cfr. Cd-SPT, p. 60. Destes, apenas 180 mil são pessoas economicamente ativa; 66 mil são pessoas desempregadas ou subempregadas. Somados os desempregados com as 70 mil donas de casa que não têm atividade fora do lar, cujo número chega a 100 mil, tem-se uma taxa de desemprego de 20% da população, Cfr. Cd-SPT, p. 79. Dos que trabalham, 38% ocupa-se da agro-pecuária e da pesca, 25% com atividades industriais e 37% com comércio, serviço público e turismo. A agricultura está relegada ao segundo plano, ocupa 38% da população e gera somente 12% da renda da região, Cfr. Cd-SPT, p. 63. De cada 100 agricultores, 31 deles não são donos da terra em que trabalham. O êxodo rural é altíssimo: em 1970, 51% da população trabalhava na roça; em 1980 o índice já havia baixado

especialmente do carvão, está agonizando a vida¹⁵¹. Quanto à *Igreja*, a pesquisa constatou uma prática pastoral pouco comprometida com essa realidade¹⁵².

A repercussão dos dados levantados foi grande, a começar no interior da própria Igreja. Um exemplo, boa parte do clero estranhou que 68% dos leigos dissessem que o seu papel na Igreja é tão importante quanto o do padre¹⁵³. No plano social, grupos econômicos e oligarquias políticas reagiram negativamente à reivindicação de um desenvolvimento sem agressão à natureza. Comunidades religiosas se viram importunadas pela cobrança de uma prática respeitosa de seu carisma de fundação, uma vez que a pesquisa demonstrou que 40,5% delas têm como carisma original a promoção das classes marginalizadas, 12% se fixaram na Diocese com essa finalidade, mas que hoje somente 1,4% delas o desempenham na prática¹⁵⁴.

Em geral, o processo de conversão para a realidade não foi um processo tranquilo. Não foi fácil assimilar os dados da realidade revelada, mais cruéis do que se imaginava. Ainda mais quando se tratavam de dados fundamentados, levantados de maneira popular mas, ao mesmo tempo, analítica, conforme atestou o cruzamento deles com outras fontes, oficiais ou de entidades universitárias.

para 38 %, Cfr. Cd-SPT, p. 64-65. Quanto à distribuição da renda, 42% das famílias ganha menos de 2 salários mínimos e passa fome, enquanto que de outro lado, 9% das famílias mais ricas concentra 31% da renda da região. A região de Laguna é tão pobre quanto o Piauí, pois a renda mensal de 53% população é de até 2 salários mínimos, Cfr. Cd-SPT, p. 72. Depois, o diagnóstico iria afirmar que uma das causas dessa situação era um crescimento econômico instável, concentrado, comandado por interesses de fora, que agride a natureza, desperdiça recursos, endeusa as coisas e coisifica o homem.

¹⁵¹ Por exemplo, de cada três rios, dois são poluídos e um já está morto. Nesse ritmo, em 15 anos todos os rios estarão mortos, Cfr. Cd-SPT, p. 85. Além do carvão, são as empresas estatais as que mais poluem, como a ICC e a ELETROSUL, seguidas dos herbicidas. O desmatamento nas cabeceiras dos rios, nas encostas da Serra Geral, estarão comprometendo até o abastecimento de água potável, num futuro não muito distante, Cfr. Cd-SPT, p. 86.

¹⁵² Por exemplo, apesar dos 3.336 Grupos de Reflexão e dos 9.500 catequistas atuando na Diocese, até 1980 não existia nenhum serviço de Pastoral Social organizado, Cfr. Cd-SPT, p. 103. Com o Sínodo, o fato de 90% da população se pronunciar em favor de uma Igreja empenhada na melhoria das condições de vida da população levou à criação de diversos serviços de Pastoral Social.

¹⁵³ Cfr. Cd-SPT, p. 100.

¹⁵⁴ *ibid.*, p. 108-109.

3.2. Resultados e desafios de um processo de conversão para a realidade

a) *Resultados*

O processo de conversão para a realidade deu rostos concretos à opção preferencial pelos pobres. No sul do estado, com o Sínodo, os pobres adquiriram rostos de operários, de agricultores, de pescadores, de mulher, de encarcerados, de negros, de doentes, de crianças, de migrantes, etc., que levaram à criação de novos setores de Pastoral Social. Com o Plano Bienal 82/83, o primeiro plano do Secretariado Diocesano recém-reativado que antecedeu o do SPT, já haviam sido criados alguns setores de Pastoral Social, como Pastoral da Comunicação, Comissão Justiça e Paz, Pastoral da Terra, Operária, da Pesca, da Ecologia, Carcerária, da Consciência Negra e da Saúde. Com o Sínodo foram abertas novas frentes: Pastoral Criança, da Educação, Universitária, da Mulher, do Menor e do Migrante¹⁵⁵. Dentre elas, cabe ressaltar a novidade da Pastoral da Ecologia¹⁵⁶, um serviço pastoral pioneiro e da Pastoral da Consciência Negra, uma questão até então assumida geralmente sob o ângulo meramente político e social. Assim, a Pastoral Social com o novo plano de pastoral passou a ser prioridade ao lado dos demais assim chamados Destaques Pastorais: Formação de lideranças, CEBs, Família, Juventude, Educação da fé¹⁵⁷.

Um outro resultado foi a tentativa de superação do pragmatismo pastoral através de um planejamento mais amplo da ação, uma ação não apenas restrita à execução. Os Objetivos Específicos, mas principalmente a explicitação das Políticas e das Estratégias ajudaram a distinguir e a valorizar os diversos níveis de ação. Tão importante quanto a execução e, articuladas a ela, o planejamento da ação de cada setor mostrou que são igualmente indispensáveis o conhecimento¹⁵⁸, a informação, a coordenação¹⁵⁹, a assessoria, a

¹⁵⁵ Ver a relação dos Setores de Pastoral no Cd-SPT, p. 265-266.

¹⁵⁶ Santo Domingo não só coloca este campo sob o dever de uma ação pastoral como, ao abordar a questão do diálogo inter-religioso, exorta a Igreja a cooperar "na defesa da criação e do equilíbrio ecológico" (cfr. n. 138- § 5º).

¹⁵⁷ Cfr. Cd-SPT, p. 253.

¹⁵⁸ Nesta perspectiva, colocou-se em prática o amplo programa de formação de agentes de pastoral.

¹⁵⁹ Institucionalizaram-se os Conselhos Comarcais de Pastoral, Paroquiais e das Comunidades Locais, com suas respectivas assembleias.

reivindicação¹⁶⁰, a comunicação¹⁶¹, etc.

Esse esforço de encarnação na realidade sul-catarinense expressou-se também na elaboração de material próprio, a partir da realidade da Diocese. Além de roteiros para a catequese adaptados à realidade da Diocese já existentes, nos anos imediatos que antecederam o SPT e mais intensamente depois dele, continuou-se a elaborar, de forma participativa, roteiros para Grupos de Reflexão, Novenas de Natal e Quaresma, Liturgia, Formação de Agentes de Pastoral, Formação da Consciência Política, e outros. Os da década de 80 somaram mais de trinta publicações. Em linguagem popular, eles levaram a uma maior simbiose entre fé e vida, entre oração e compromisso, entre Evangelho e realidade a ser transformada.

Dentro deste mesmo objetivo, o de favorecer uma maior encarnação da Igreja na realidade sul catarinense, procedeu-se também a um reagrupamento das paróquias em comarcas por realidades afins¹⁶², favorecendo a pastoral específica.

b) Desafios

Entretanto, mesmo com todo esse esforço de implantação de uma pastoral libertadora em estreita relação com os problemas da realidade sul-catarinense, resta o desafio de um rompimento com um modelo de paróquia tradicional, em que ainda predomina a sacramentalização sobre a evangelização em seu sentido amplo. Neste particular, Santo Domingo constata que "segue todavia lento o processo de renovação da paróquia..." (SD 59). Apesar, na Diocese, da opção pela implantação de CEBs, ainda se está distante

¹⁶⁰ Desenvolveram-se ações conjuntas com sindicatos e ONGs, principalmente no campo trabalhista e ecológico.

¹⁶¹ Intensificou-se o programa de informação com a revista diocesana *Diocese em Foco*; o programa de rádio *Igreja em Foco*, levado ao ar em cadeia de rádio, cobrindo toda a diocese; a *Missa na TV*, seguida de um noticiário; o bletim das CEBs, *Pé na caminhada*; e, com o seguimento ou a criação de boletins paroquiais.

¹⁶² Cfr. Cd-SPT, p. 375. As quatro comarcas existentes antes do Sinodo foram reorganizadas em sete: a Comarca de Laguna, em torno da realidade pesqueira e açoreana; a comarca de Braço do Norte, agrícola; a comarca de Meleiro, agrícola italiana; a comarca de Urussanga e de Criciúma, em torno da realidade mineira; e, finalmente, a comarca de Tubarão, mais restrita à realidade urbana.

de um modelo de paróquia “*comunidade de comunidades*”¹⁶³, uma comunhão de pequenas comunidades eclesiais de base e outros organismos, comunidades essencialmente evangelizadoras, conforme o ideal explicitado no Marco Doutrinal. Esse limite tem como causa maior a vigência atual de dois modelos super-postos de paróquia no ministério do padre. Por um lado, o padre faz um esforço para promover a participação através de inumeráveis reuniões, com prioridade à evangelização libertadora mas, de outro, em parte vítima da escassez de clero, continua absorvido pela sacramentalização e pela burocracia paroquial. Isso torna extremamente difícil a promoção da Pastoral Social, por exemplo. Soma-se a isso, a falta de preparo teológico-pastoral do clero e dos agentes de pastoral em geral para essa nova missão da Igreja¹⁶⁴ e de troca de experiência com outras regiões do estado ou do país, mais avançadas nesse processo de renovação.

Por fim, resta ainda inteiro o desafio de uma pastoral urbana. Via de regra, continua-se a trabalhar com o homem-urbano como se ele fosse simplesmente um homem-rural deslocado para a cidade quando, na verdade, as cidades ostentam, em grande medida, uma cultura urbana e reciclam em seu seio os valores e os contravalores da modernidade. Nesta perspectiva, Santo Domingo acentua o desafio de “realizar uma pastoral urbanamente inculturada em relação à catequese, à liturgia e à organização da Igreja” (SD 256), e neste particular, a “reorganização das estruturas pastorais” ou a “reprogramação da paróquia urbana” (SD 257).

c) *Contributos para uma inculturação-endoculturada da Igreja*

O processo de planejamento do Sínodo chegou a uma visão pastoral da realidade sul-catarinense no Diagnóstico Pastoral, fruto da confrontação entre o Marco de Realidade - seu ponto de partida material, e o Marco Doutrinal - seu ponto de partida formal. Trata-se de uma relação dialética, mas cujo pólo de articulação é a realidade, tal como procede *Gaudium et Spes* em relação aos “sinais dos tempos”.

¹⁶³ Expressão consagrada por Puebla. Santo Domingo insiste, também, na necessidade de “multiplicar as pequenas comunidades”, cfr. n. 259.

¹⁶⁴ Santo Domingo também constata “a persistência de uma mentalidade clerical”, cfr. n. 96.

No seio desta metodologia, a realidade, além de ser um dado, é objeto de interpelação de Deus e lugar de conversão. A este propósito, Santo Domingo afirma que “descobrir nos rostos sofredores dos pobres, o rosto do Senhor (cfr. Mt 25, 31-46) é algo que desafia a todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial” (SD 178-§3º). Assim, passa-se de uma visão antropológica genérica ao homem concreto, de uma opção espiritualizada pelos pobres a assumi-los em rostos de negros, pescadores, agricultores, operários..., dando, com isso, um novo rosto à comunidade eclesial, uma Igreja endoculturada nos membros que a compõem e em seu contexto.

Deixar-se interpelar pelos sinais dos tempos ou, mais concretamente, deixar-se converter pelos apelos da realidade circundante, além de possibilitar uma maior inculturação da Igreja, abre espaço para a atuação do leigo no mundo secular, sua vocação específica. Esta falta de compromisso com a realidade, como constata Santo Domingo referindo-se à persistência da mentalidade clerical, é o principal fator responsável pela “dedicação de muitos leigos de maneira preferencial a tarefas intra-eclesiais” (SD 96-§3º), impedindo uma evangelização integral que alcance “o mundo do trabalho, da política, da economia, da ciência, da arte, da literatura e dos meios de comunicação social” (ibid.-§1º).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para terminar esta abordagem sobre a questão da inculturação, endoculturação da Igreja e planejamento pastoral à luz do processo de planejamento do SPT, impõem-se algumas constatações.

Em primeiro lugar, o processo de *planejamento em-si*, mostra a importância de se continuar buscando, comunitariamente, novas formas de comunhão e de participação, tanto no interior da Igreja como no seio da sociedade, em vista de uma maior eficácia da fé e inculturação da Igreja neste contexto de pós-modernidade. Numa sociedade em franco processo de universalização dos mecanismos de poder, que cada vez mais escapam ao controle das pessoas, é fundamental a presença de uma Igreja que se empenhe em reverter a tendência ao desmantelamento da solidariedade e da perda da identidade pessoal, ao deslocamento da ética para o privado e ao

campo psico-afetivo, sob pena de vermos os valores evangélicos postos à margem das relações inter-pessoais e sociais. A implantação de um Reino de Justiça, de Paz e de Amor implica uma ação pastoral que se empenhe também em refazer o tecido social à luz do Evangelho e cujos agentes sejam os próprios membros que o compõem, com um imprescindível protagonismo dos leigos.

Em segundo lugar, o processo de planejamento do Sínodo mostrou que o discernimento da realidade como base de todo engajamento cristão precisa transformar-se numa espécie de imperativo categórico da ação pastoral, se de fato quisermos Igrejas culturalmente novas. O compromisso eclesial não pode prescindir da contribuição das Ciências Humanas e do Social, mediação indispensável para uma pastoral de encarnação e de evangelização integral das culturas. Elas são um lugar privilegiado para um sincero e profícuo diálogo e colaboração entre Igreja e Mundo, entre cristãos e homens de boa-vontade.

Por fim, o processo do SPT mostra que, na base de todo engajamento e reflexão metódica em vista de uma maior inculturação da Igreja, deve estar presente uma mística. Sem ela a ação eclesial, por mais humanista que seja, deixa de ser pastoral e a melhor metodologia torna-se mecânica e fria, sem capacidade de mobilização e de contribuir a uma autêntica humanização¹⁶⁵ e encarnação dos valores evangélicos nas diferentes culturas. Os agentes de pastoral empenhados na construção de uma sociedade pluralista não podem esquecer que um humanismo, só é autêntico, a condição de estar aberto ao absoluto¹⁶⁶.

Endereço do autor:

Instituto Teológico Pastoral para América Latina - ITEPAL
Tranversal 67 No. 173-71
Apartado aéreo 253353
SANTAFE DE BOGOTA, D.C.
COLOMBIA.

¹⁶⁵ Sobre a relação entre Evangelização e Promoção Humana, além de *Evangelii Nuntiandi*, ver Santo Domingo nn. 157 e 279.

¹⁶⁶ Cfr. PAULO VI, *Populorum Progressio* n. 42.

SUMARIO

En el proceso de simbiosis entre Mensaje y cultura, al lado de los tres factores que históricamente contribuyeron a la endoculturación de la Iglesia, a saber, el apoyo y la participación de la Iglesia en los procesos de defensa de los derechos humanos, el catolicismo popular y los esfuerzos en promover una catequesis inculturada, en los días actuales, se debe añadir un cuarto: la planeación pastoral. En América Latina, los procesos de planeación participativa, sobre todo a través de los Sínodos Diocesanos, como en el caso de la Diócesis de Tubarão-Brasil, han significado un salto cualitativo en relación a la llamada "Pastoral de Conjunto", en la medida en que buscan la participación efectiva de todos en las tomas de decisión, en vista de una acción pastoral prioritariamente *ad extra* y misionera.

Además de la incorporación en los procesos de planeación de nuevas metodologías que contribuyen a una mayor inculturación de la Iglesia, una vez que recogen la riqueza de la práctica pastoral y de la reflexión teológica que se da actualmente en el continente, el más significativo ha sido el ejercicio, en muchos lugares, de una *eclesiología de comunión* y la explicitación del *marco referencial* de la acción, apoyada en la imprescindible contribución de las ciencias humanas y del social, en especial de la teología latinoamericana. Eso llevó a una inter-relación entre saber científico y saber popular, que además de mostrar que el primero no es autónomo del segundo, pone en evidencia que el pueblo está también dotado de un *logos* crítico.

El estudio muestra la importancia de continuar buscando, comunitariamente, nuevas formas de participación y de comunión, tanto en el interior de la Iglesia como en el seno de la sociedad, en vista de una mayor eficacia de la fe e inculturación de la Iglesia en este contexto de pos-modernidad. El proceso de planeación del Sínodo de Tubarão mostró que el discernimiento de la realidad, base de todo compromiso cristiano, necesita transformarse en una especie de imperativo categórico de la acción pastoral, si de hecho quisieramos Iglesias culturalmente nuevas.